

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

DENISE PEREIRA ALVES GOMES

IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DA RETENÇÃO ACADÊMICA NO CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC
CAMPUS JOINVILLE

Joinville

2019

DENISE PEREIRA ALVES GOMES

IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DA RETENÇÃO ACADÊMICA NO CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC
CAMPUS JOINVILLE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar - Campus Joinville do Instituto Federal de Santa Catarina para a obtenção de diploma de Tecnólogo em Gestão Hospitalar.

Orientador: Jorge Cunha,
MSc.

Joinville

2019

**IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DA RETENÇÃO ACADÊMICA NO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO
IFSC CAMPUS JOINVILLE**

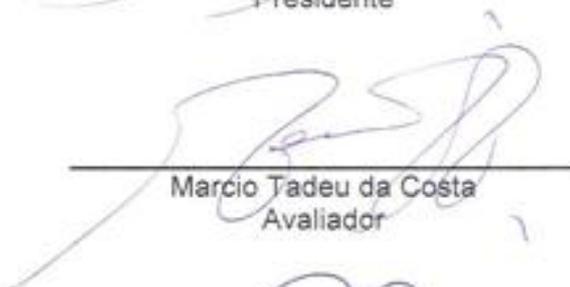
DENISE PEREIRA ALVES GOMES

Este trabalho foi julgado adequado para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Hospitalar e **APROVADO** em sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Joinville, 06 de março de 2019.



Jorge Cunha
Presidente



Marcio Tadeu da Costa
Avaliador



Patricia Gour Portela Petry
Avaliadora

RESUMO

Devido à alta taxa de retenção nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, o tema aparece como de extrema relevância atualmente. No Instituto Federal de Santa Catarina o cenário não é diferente, sendo que em estudos recentes, a evasão (fenômeno muitas vezes decorrente da retenção) referente ao Curso de Gestão Hospitalar no Campus Joinville chega a 52% das matrículas no início do ciclo correspondente. O objetivo geral desta pesquisa é identificar as causas de retenção de alunos no curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Campus Joinville, sendo ainda os específicos: avaliar as razões da retenção, enumerar as causas e apresentar alternativas para minimizar este processo, visto que seus impactos atingem não somente o discente, mas a Instituição responsável e a comunidade em si. Aborda em seu conteúdo o histórico dos Institutos Federais, os principais conceitos de retenção e evasão, apresenta o Documento Orientador do MEC para o combate a estes processos, aspectos relacionados ao Campus Joinville, além dos achados relativos ao “estudo de caso” das turmas de 2015-2 e 2016-1 que ilustra o assunto, apresentando informações coletadas dos alunos, sobressaindo as causas individuais de retenção. Conclui-se, portanto, a incontestável pertinência em avaliar sugestões dos discentes envolvidos no dia a dia do curso, além de implantação de monitorias e a integração do aluno ao curso e ao campus, a fim de aprimorá-lo e conter a retenção e conseqüente evasão de alunos.

Palavras-chave: Retenção (Ensino Superior). Permanência e êxito (Ensino Superior). Gestão hospitalar (Ensino Superior)

ABSTRAT

Due to the high rates of retention in higher education institutions, the theme appears to be of extreme relevance today. In the Instituto Federal de Santa Catarina (Federal Institute of the State of Santa Catarina), the scenario is not different, and in recent studies, evasion (a phenomenon that is often due to retention) related to the Hospital Management course at the Joinville campus amounts to 52% of enrollments at the beginning of the corresponding cycle. The general objective of this research is to identify the causes of retention of students in the Technology Course in Hospital Management of the Campus Joinville, and the specifics are: to evaluate the retention reasons, to number the causes and to propose alternatives to minimize this process, since its impacts affect not only the student, but the responsible institution and the community itself. It addresses in its content the history of the Federal Institutes, the main concepts of retention and also evasion. Presents the guiding document of MEC (Education and Culture Ministry) to combat these processes, aspects related to the Joinville Campus, besides the findings to the case study of the groups of 2015-2 and 2016-1 that illustrates this subject, collecting information from the students, highlighting the individual causes of retention. It's been concluded, therefore, the incontestable relevance in evaluating suggestions from students involved with the day-to-day of the course, besides the implementation of academic monitoring and the integration of the student to the course and to the Campus in order to ripen him/her and contain the retention and consequent student evasion .

Keywords: Retention (Higher Education). Permanence and Success (Higher Education). Hospital Management (Higher Education).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos fatores de retenção conforme o “Documento Orientador para Superação da Evasão e retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica” (turma 2015-2).....47

Quadro 2 - Classificação dos fatores de retenção conforme o “Documento Orientador para Superação da Evasão e retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica” (turma 2016-1).....56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Comparativo de taxas de evasão	44
GRÁFICO 2 – Número total de evasão, retenção e conclusão (diplomação) de alunos da turma de 2015-2 do CST em Gestão Hospitalar.	45
GRÁFICO 3 - Número de reprovados por unidade curricular (Turma 2015-1).....	46
GRÁFICO 4 – Número total de evasão, retenção e conclusão (diplomação) de alunos da turma de 2016-1do CST em Gestão Hospitalar.....	53
GRÁFICO 5 - Número de reprovados por unidade curricular (Turma 2016-1).....	54

LISTA DE SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CHO	Custos Hospitalares.
EAD	Ensino a Distância.
EAF	Escolas Agrotécnicas Federais.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
EPD	Epidemiologia.
EPN	Empreendedorismo e Plano de Negócios.
ETF	Escolas Técnicas Federais.
FAH	Faturamento Hospitalar.
HER	Humanização, Ética e Responsabilidade Social.
GAM	Gestão Ambiental na Saúde.
GCS	Gestão de Contratos em Saúde.
GFC	Gestão Financeira e Contabilidade.
GFO	Gestão Financeira e Orçamentária.
GPS	Gestão de Pessoas em Saúde
LOG	Logística.
LOH	Logística Hospitalar.
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina.
MEC	Ministério da Educação.
MPO	Metodologia Aplicada à Organizações de Saúde.
PES	Planejamento Estratégico.
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil.
PPE	Projeto de Pesquisa.
Proep	Programa de Expansão da Educação Profissional.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
SISU	Sistema de Seleção Unificada.
TCU	Tribunal de Contas da União.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TODA	Teoria Geral da Administração.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos	19
1.2 Justificativa	19
1.3 Problema de pesquisa	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Evasão e Retenção	21
2.2 A Relevância em se destacar a Retenção	22
2.3 Histórico dos Institutos Federais	23
2.3.1 Linha do Tempo IF	24
2.3.2 Instituto Federal de SC	26
2.4 Plano Estratégico IFSC	27
2.5 PPC do curso em Gestão Hospitalar	29
2.6 Evasão e Retenção no curso de Gestão Hospitalar	30
2.7 Apresentação do Documento Orientador	31
3 METODOLOGIA	39
3.1 Procedimentos metodológicos	40
3.2 Universo pesquisado	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 Turma ingressante em 2015-2	45
4.2 Turma ingressante em 2016-1	53
5 CONCLUSÃO	61
6 REFERÊNCIAS	65
7 APÊNDICE	69

1 INTRODUÇÃO

Referir-se à retenção escolar não é tarefa simples de entender, como a princípio parece. Quando tratamos do assunto no ensino superior fica ainda mais difícil, visto que os motivos são os mais variados possíveis. Para tanto o Ministério da Educação elaborou um documento oficial para nortear pesquisas neste sentido, baseado em experiências, estudos, reuniões a fim de buscar razões para tais problemáticas e saná-las de modo efetivo (BRASIL, 2014).

Dentre os motivos para a evasão e a retenção estão fatores internos e externos às instituições, como a falta de estímulo das diretrizes pedagógicas do próprio curso escolhido, problemas com a gestão curricular, horários, relação escola-família, doenças, questões financeiras, desencanto pelo curso, entre outros. Todos esses fatores somados levam a uma elevada taxa de desistências e de reprovações, conseqüentemente, atrasos na formação dos discentes (CUNHA, 2017).

Este estudo dará continuidade a um trabalho de conclusão de curso de especialização realizado pelo Professor Jorge Cunha, do Instituto Federal de Santa Catarina, no ano de 2017. Sua pesquisa contemplou o segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2014 e envolveu 406 alunos sendo que o foco da pesquisa é delimitar as causas que estão envolvidas no processo de evasão e retenção de estudantes no curso de Gestão Hospitalar propondo sugestões para a solução dos problemas apresentados pelos estudantes, tendo em vista que a Instituição terá, a partir destes dados, o conhecimento necessário para fomentar ações que beneficiem a permanência do discente no período regular de formação.

A motivação em abordar este tema, veio de uma curiosidade inicialmente provocada pela constatação da evasão ocorrida em nossa própria turma de Gestão Hospitalar, que em pouco mais de um ano reduziu-se de modo significativo o número de estudantes. Esta dúvida nos levou a querer entender o que leva a este processo e veio ao encontro com a proposta de continuar a pesquisa já iniciada pelo professor Jorge Cunha em seu trabalho: “Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC - Campus Joinville: Caminhos para Assegurar a Permanência e Êxito”.

Visto que durante a elaboração da pesquisa foi constatado que o processo de retenção do curso possui relevância acentuada, sendo que através dele é que normalmente se dá a evasão, mudou-se o foco para a retenção de alunos no curso

de Gestão Hospitalar, pois nos proporciona uma visão mais minuciosa e em curso dos motivos que levam ao insucesso acadêmico.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa será identificar as razões que levam os alunos a ficar retidos no curso de Gestão Hospitalar do Campus Joinville. Ademais, expor essas razões de modo sistematizado e quantificado e elaborar propostas que possam auxiliar a solucionar estes problemas mostrou-se de extrema importância para contribuir no aumento da taxa de conclusão acadêmica e manter a continuidade e a credibilidade de oferta do curso em questão.

O trabalho que deu origem à presente pesquisa (Cunha, 2017), conseguiu elencar vários fatores e sugerir alterações no modo de lidar com alunos na iminência de evasão, como reuniões com estes alunos, atendimento domiciliar, oferta de carga horária em EAD (20%) em casos especiais, enfim uma visão mais direcionada e, por que não dizer, humanizada, identificando essas dificuldades e tentando solucioná-las ou minimizá-las para evitar o processo de abandono, que muitas vezes não reflete a vontade do aluno, mas uma necessidade momentânea que ele não consegue suplantar sozinho.

Observou-se, entretanto que não há uma efetividade destas medidas, primeiramente porque não existe uma busca direta pelos alunos que vão ficando atrasados nas matérias ou que desistem, restringindo-se àqueles que se manifestam pessoalmente. Isto dificulta à Instituição tomar atitudes que os ajudem, identificar suas dificuldades, promover soluções, evitando a retenção ou a evasão.

Enfim, a despeito do trabalho que já foi realizado por Cunha (2017), o intuito será aprofundar mais este tema e buscar através de novos dados, uma resposta aos questionamentos do Ministério da Educação e do próprio Instituto Federal de Santa Catarina quanto a este problema que, além de onerar os recursos financeiros federais, causa um prejuízo social de grandes proporções, visto que tolhe a vida acadêmica e profissional de muitas pessoas que poderiam estar atuando de forma mais competitiva e correta nos meios em que se enquadram no mercado de trabalho.

Para tanto foi utilizado um “estudo de caso” abordando as turmas 2015-2 e 2016-1, identificando os alunos que por diferentes razões ficaram retidos em unidades curriculares, relacionando estas unidades e entrevistando os discentes para que, de acordo com suas percepções, pudessem balizar motivações para as

retenções, dar uma noção de suas dificuldades e sugerir à Instituição modos de ajudar alunos em situações similares.

É preciso ainda ressaltar que a criação deste curso obedeceu a todas as exigências do Ministério da Educação, inclusive no que diz respeito às consultas públicas na comunidade em que está inserido, sendo aprovado e sua relevância validada para a mesma. Portanto, torna-se significativo analisar as razões para o abandono do curso por parte dos discentes, bem como as constantes retenções que atrasam a conclusão do curso ou até levam à evasão do mesmo. A expectativa é que ao final desta pesquisa, apresentar não somente números e conclusões meramente explicativas, mas um material estruturado que irá contribuir positivamente para minimizar o esvaziamento das turmas de Gestão Hospitalar no Campus Joinville.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Identificar as causas de retenção de alunos no curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Campus Joinville.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Avaliar as razões que levam os discentes a prorrogar a conclusão do curso;
- b) Quantificar as causas de retenção no CST em Gestão Hospitalar;
- c) Apresentar alternativas para minimizar os fatores que levam à retenção no CST em Gestão Hospitalar.

1.2 Justificativa

Motivou a escolha deste tema, a observação do processo de retenção e posterior evasão na turma que iniciou o curso no primeiro semestre de 2016 ocorrendo várias desistências logo nos primeiros meses que se repetiram no decorrer dos semestres reduzindo expressivamente o número de discentes. Junto a isso, a oportunidade de continuar a pesquisa do Professor Jorge Cunha: **Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC, Campus**

Joinville: Caminhos para Assegurar a Permanência e Êxito, 2017. Para fundamentar inexoravelmente a importância deste assunto, deve-se ainda citar a demanda da própria SETEC, a partir de uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) para que todos os Institutos Federais elaborassem planos para superar a evasão e retenção de alunos, gerando, desta forma o Plano Estratégico para Permanência e Êxito do IFSC, apresentado em outubro de 2018.

Identificou-se neste tema, ainda, relevância em diferentes aspectos, tanto social, pelo impacto negativo da não qualificação de um profissional que poderia efetivamente prestar serviços à comunidade, quanto econômico, devido ao dispêndio de recursos públicos ao ofertar estas vagas, as quais ficarão ociosas, no caso de trancamento de matrícula ou gerando mais gastos com o aluno que permanece matriculado sem previsão de encerrar o curso. Tal processo não é interessante para a Instituição, para os cofres públicos e menos ainda para o discente que prorroga sua graduação.

Quanto aos aspectos pessoais dos alunos que passam por este processo, advêm diversas consequências no campo emocional. A expectativa frustrada da formação superior irá, invariavelmente, influenciar em aspectos psicológicos, bem como refletir-se na própria sociedade onde este indivíduo está inserido, o que atribui a este estudo valor ainda maior.

1.3 Problema de pesquisa

Quais os motivos que provocam a retenção de discentes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Campus Joinville e como combatê-los?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evasão e Retenção

Diferentes aspectos relacionados à evasão e retenção têm sido colocados há algumas décadas em pesquisas no Brasil e no mundo, sendo a referência frequentemente citada é do Professor da Syracuse University, Tinto (1974), o qual expôs ainda na década de 1970, os problemas causados pela evasão de alunos, bem como possíveis causas deste fenômeno acadêmico.

De modo didático, admite-se que a evasão seja o abandono do curso em que o aluno está matriculado e retenção, o processo em que há um adiamento da conclusão deste curso por conta de reprovações. Considera-se que a retenção pode levar ao processo de evasão caso não seja solucionada (TINTO, 1974).

Segundo Bueno, (1993), a evasão pode ser causada pela escolha de uma profissão em uma fase muito imatura, aos 17, 18 anos, tendo que escolher os rumos que deverá dar à sua vida, elegendo motivos muito superficiais para esta escolha, as quais rapidamente desaparecem no dia a dia de atividades acadêmicas, como por exemplo o prestígio social ou financeiro do curso; acaba-se o encantamento pelo mesmo, antes atrativo e a pessoa fica sem estímulo para prosseguir. Cursos como medicina, direito, engenharias estariam relacionados a altos salários, enquanto que as licenciaturas estariam vinculadas ao desemprego e baixos salários, fato que geraria pouco entusiasmo logo nas primeiras dificuldades.

Outros fatores podem ser decisivos para a desistência ou mesmo para a repetência, tais como a má adaptação à vida acadêmica, diferenças muito expressivas quanto à dinâmica de ensino até então vistas, dificuldades na aceitação do currículo, que nos primeiros meses possui matérias básicas, que parecem maçantes, outras por sua vez com disciplinas de iniciação científica, com assuntos muito minuciosos, mudanças de cidade, enfim, diversos fatores que isolados ou associados tornam-se empecilhos para a permanência e êxito do acadêmico (BUENO, 1993).

Durante o XXVI encontro nacional de Pró-reitores de graduação em 2013, foi elaborado o documento “Panorama Geral da Evasão e da Retenção no Ensino Superior do Brasil”, onde Nunes (2013) cita outro aspecto da evasão:

“Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno, nem do professor, nem do curso ou da instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades” (RISTOFF, *apud* NUNES, 2013, p. 2).

Para Colvero e Jovino (2014 *apud* RIOS et al, 2017), há a microevasão, onde o aluno se desliga de um curso e ingressa em outro curso na mesma instituição, gerando um prejuízo somente ao curso do qual se desligou; cita ainda a mesoevasão, onde ocorre a perda definitiva do vínculo institucional, ocasionando prejuízos não apenas para o curso, mas também para a instituição de ensino; já na macroevasão, o aluno desliga-se totalmente com o sistema superior de ensino, abandonando os estudos.

2.2 A relevância em se destacar a retenção

Falar de retenção, especialmente no que diz respeito ao ensino superior, parece ser um assunto secundário, haja vista o grande número de evasões, o que provoca a atenção prioritária de pesquisadores e órgãos governamentais e grande preocupação por parte das Instituições Superiores de Ensino. Entretanto, a retenção de alunos deve também ser alvo de estudos sistemáticos e aprofundados, pois a partir deste fenômeno dá-se a maior parte das evasões. Trata-se de um conceito amplo que inclui de maneira geral a permanência prolongada do aluno no curso de graduação, ultrapassando o período em que naturalmente deveria ter integralizado todas as disciplinas, mas que inclui, além das reprovações, trancamentos por diversos motivos e atrasos voluntários por parte desses alunos em cumprir a carga horária prevista (PEREIRA, 2013).

Apesar da definição de retenção mencionada pelo MEC considerar como retido apenas o aluno que não concluiu o curso, apesar de ter encerrado o prazo fixado pela Instituição para fazê-lo, mantendo-se ativo (matriculado), deve-se levar em conta que este procedimento de pesquisa não permite diagnósticos mais apurados sobre motivações de insucessos acadêmicos no decorrer do curso, bem como gerar ações preventivas e providências para que este aluno não seja desvinculado do curso, acumulando conhecimento e experiências que poderão

beneficiar outras pessoas, afastando ainda a possibilidade de evasão desses alunos (PEREIRA, 2013).

De modo semelhante à evasão, estudos anteriores apontam para quatro possíveis influências que acabam por levar o discente a ficar retido nas disciplinas acadêmicas. A primeira refere-se à questão individual como por exemplo, questões socioeconômicas, pessoais, psicológicas; a segunda está ligada a problemas didático-pedagógicas, onde se inclui o relacionamento entre professor e aluno, organização das unidades curriculares e como o conhecimento é transmitido. No terceiro nível estão influências institucionais, relativas à universidade, disponibilidade de equipamentos, serviços oferecidos, oportunidade de participação nas atividades acadêmicas, integração do aluno com o campus e por último o que diz respeito a influências “ambientais”, pelas mudanças culturais que o aluno possa vir a experimentar e também geográficas, o que implica uma série de agravantes para que ele permaneça ativo nas disciplinas (PEREIRA, 2013).

2.3 Histórico dos Institutos Federais

A Rede Federal, Científica e Tecnológica no Brasil começou em 1909 com a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices pelo então Presidente Nilo Peçanha, os quais posteriormente originaram os CEFETs (Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica). Inicialmente eram instrumentos de política para as classes mais desfavorecidas, resultando atualmente como estrutura de grande relevância para que todas as pessoas possam ter acesso a conquistas científicas e tecnológicas (IFSC, 2018).

Neste início da formação dos Institutos Federais, as atividades manuais eram reservadas para os mais pobres, ficando a cargo da elite social a parte intelectual que definiria os rumos do país. No final da década de 1930 as Escolas de Aprendizizes Artífices deram lugar aos Liceus Industriais por meio da Lei n. 378, de 1937, destinados ao ensino profissional (HEIDEMANN, 2017).

Na década de 1970 houve um expressivo aumento da oferta de ensino técnico e profissional devido às demandas provenientes do desenvolvimento econômico no país, sendo que em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) situados no Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro oferecendo cursos no ensino superior na área de engenharia

industrial, cursos de tecnólogos e licenciatura para professores de cursos técnicos e tecnólogos (PEREIRA, 2013).

Com a formação de um novo cenário econômico na década de 1980, houve uma expansão da rede, a fim de atender às então recentes demandas de novas tecnologias vinculadas a produtos e prestação de serviços, buscando diversificar a ofertas de cursos, programas e ações voltadas a este propósito de modo quantitativo, visto que ocorreu um aumento significativo de unidades da Rede, mas também quanto à qualidade do que é disponibilizado à população (BRASIL, 2016).

São 38 Institutos Federais em todo o território nacional, oferecendo qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciaturas, sendo eles: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II (BRASIL, 2018).

2.3.1 Linha do Tempo – Institutos Federais

Segundo dados do Ministério da Educação de 2016, a história dos Institutos Federais no Brasil inicia-se com a assinatura do decreto 7.566 do Presidente Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909, criando 19 “Escolas de Aprendizes Artífices”, através do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Mais à frente, em 1927, o Congresso Nacional sanciona o projeto de Fidélis Reis, tornando obrigatório o ensino profissional no país e em 1930 ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual irá supervisionar tais escolas técnicas (BRASIL, 2016).

Com a promulgação de uma nova Constituição do Brasil em 1937, a qual tratou pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial, há um impulso nesta modalidade de ensino, sendo também assinada a lei 378, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em “Liceus Industriais”. Em 1941 entra em vigor uma série de leis chamadas de “A Reforma Capanema” que irão reorganizar o ensino no país, em especial fazendo com que o ensino profissional passe a ser de nível médio, a admissão nas escolas industriais passa a ser por exames e serão divididos em dois níveis: o primeiro era o curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e o segundo, o curso técnico industrial (BRASIL, 2016).

Em 1942, os então “Liceus” foram transformados em “Escolas Industriais e Técnicas com equivalência ao ensino secundário, através do decreto 4.127 de 25 de fevereiro (BRASIL, 2016).

Um importante impulso na industrialização brasileira, dado através do empréstimo feito pelos Estados Unidos durante o Governo Getúlio Vargas em 1944 por conta da participação da Força Expedicionária Brasileira na segunda guerra mundial deu ainda mais ênfase a este tipo de educação voltada à profissionalização técnica de produção entre 1956 a 1961 durante o governo de Juscelino Kubitschek, a relação governo/ economia é ainda mais acentuada, buscando capacitar profissionais para cumprir as metas de desenvolvimento do país (BRASIL, 2016).

As escolas técnicas foram convertidas em autarquias no ano de 1959, passando a ter autonomia didática e de gestão e são, a partir de então, identificadas com o nome de “Escolas Técnicas Federais”, sendo que em 1961 o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico (Lei 4.024 das diretrizes e bases da educação nacional). Nesta mesma década, 1967, Fazendas Modelo do Ministério da Agricultura passam a funcionar como Escolas Agrícolas sob a supervisão do Ministério da Educação através do decreto 60.731 (BRASIL, 2016).

No início da década de 70, houve o estabelecimento de um novo padrão pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira, tornando o currículo do segundo grau em técnico profissional de modo compulsório e então em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais) são convertidos em Centros Federais de Educação Tecnológica pela Lei 6545 (BRASIL, 2016).

Nas décadas de 1980/1990 ocorreram muitas mudanças política e na economia mundial, e com o advento da globalização, inúmeras alterações no cenário internacional e no Brasil foram implementadas, sendo que a nova tecnologia a partir daí estará associada a novos meios de produção. Em 1994 a lei 8.948 de 8 de dezembro institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, tornando as ETFs e EAFs em CEFETs de forma gradual, sendo que 1996, foi incluído um capítulo próprio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB, sobre a educação profissional, (9.394 de 20 de novembro), culminando em 1997 na regulamentação da educação profissional e criação do Programa de Expansão da Educação Profissional/ PROEP pelo decreto 2208 . Em 1999 houve a retomada da conversão das Escolas Técnicas Federais em Centros de Educação Tecnológica, os CEFETs (BRASIL, 2016).

No ano de 2004 foi feita a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio regular pelo decreto 5.154 e em 2005, através da lei 11.195, coloca-se a expansão da oferta da educação profissional em parceria com estados, municípios e distrito federal, além de organizações não governamentais e setor produtivo, de modo preferencial. Há a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal e o CEFET Paraná, passa a ser “Universidade Tecnológica Federal do Paraná”. No ano de 2006, o decreto 5.773 versa sobre o exercício de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É também instituído o Programa Nacional de Educação de Integração Profissional com a Educação de Jovens e Adultos e é lançado o Catálogo nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016).

Em 2007 é lançada a segunda fase do Plano de expansão da Rede Federal, sendo programadas, na ocasião, 354 unidades até 2010. É ainda lançado o programa “Brasil Profissionalizado” pelo decreto 6302 e lançado o “Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos”, sendo então, em 2008, efetivada a proposta de criação dos “Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. No ano de 2011 ocorreu a criação do PRONATEC, “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego” através da lei 12.513 e entre 2011 e 2014 foram entregues 208 novas unidades para a rede federal (BRASIL, 2016).

2.3.2 Instituto Federal de Santa Catarina

De acordo com o Portal do IFSC – Campus Joinville, o início da trajetória do IFSC em Joinville deu-se por um convênio com o Hospital Dona Helena no ano de 1994 para inaugurar o curso técnico em Enfermagem. Neste acordo os equipamentos necessários e instalações ficavam a cargo do hospital, enquanto o IFSC cedia o quadro de docentes, a estrutura curricular do curso, a fim de implementá-lo (IFSC, 2018).

Nesta ocasião, o curso de enfermagem de Joinville funcionava como uma extensão da Unidade Florianópolis. Como parte do processo de interiorização e expansão das unidades federais de educação profissional e tecnológica, em 2005 foi revogada a lei 9.649 de 1988, a qual proibia a construção de novas escolas técnicas

federais sem parceria com os estados, o que propiciou um novo projeto de expansão pela lei 1.195 de 2005. Então após dois anos, o CEFET-SC inaugura três novas unidades, a Unidade Continente, atual Campus Florianópolis Continente, a Unidade Chapecó, no oeste do estado e em Joinville, na região norte de Santa Catarina (HAIDEMANN, 2017).

Através do Plano de Expansão da Rede Federal Profissional e Tecnológica do país, a Gerência Educacional de Saúde em Joinville foi convertida em Unidade de Ensino no ano de 2006, possibilitando pela inauguração de instalações próprias, a oferta de cursos na área industrial (técnicos em eletroeletrônica e mecânica Industrial). Já no ano de 2009, foram implantados os cursos de Gestão Hospitalar e Mecatrônica Industrial e em 2011 os cursos técnicos integrados ao ensino médio em eletroeletrônica e mecânica. Atualmente conta com os cursos de Bacharelado em Engenharia Mecânica e Elétrica, sendo descontinuado o de Mecatrônica Industrial (Brasil, 2016).

A escolha das ofertas segue o caráter industrial da cidade, onde de acordo com a Prefeitura, Joinville é a cidade mais populosa e industrializada de Santa Catarina, possuindo um parque fabril com mais de 1500 indústrias, empregando 58000 funcionários e sendo responsável por 20% das exportações catarinenses. É o terceiro polo industrial da região sul tendo o volume de receitas geradas aos cofres públicos inferiores apenas a Porto Alegre e Curitiba (IFSC, 2018).

O IFSC Joinville segue o crescimento da cidade segundo seu princípio de instituição pública, buscando consolidar-se através de parcerias com a comunidade para melhor efetivar a educação profissionalizante ao qual se propõe, atendendo aproximadamente 1.110 alunos presenciais, funcionando em três turnos e uma infraestrutura composta por salas de aula, laboratórios de mecânica, eletroeletrônica, enfermagem e informática, biblioteca, auditório, cantina e quadra poliesportiva. Possui um quadro de mais de 100 servidores, equipe pedagógica a fim de prestar acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem (IFSC, 2018).

2.4 Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina (PPE - IFSC)

Atendendo uma demanda da SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação) a partir do segundo semestre de 2015, o PPE foi elaborado com referencial e metodologia do próprio MEC e constituiu-se das seguintes etapas: instituição das comissões central e locais; elaboração de diagnóstico quantitativo; elaboração de diagnóstico qualitativo; consolidação e elaboração do plano estratégico e monitoramento e avaliação das ações (IFSC, 2018).

Tal plano foi uma exigência da SETEC a todas as Instituições da Rede Federal, após recomendação formal do TCU (Tribunal de Contas da União) que constatou o agravamento da questão da retenção e evasão nestas instituições. Diante disso foram definidos os seguintes objetivos:

Geral: Promover a permanência e êxito dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados no IFSC, por meio de um conjunto de estratégias e ações que visam o enfrentamento da evasão e retenção.
Específicos: • analisar a problemática da evasão e retenção de estudantes no IFSC; • mobilizar os campus para a discussão e enfrentamento das causas e consequências da evasão e retenção; • implantar estratégias de intervenção para enfrentamento dos fatores mais recorrentes de evasão e retenção; • monitorar e avaliar as ações em andamento ou a serem desenvolvidas; • levantar subsídios para o aprimoramento dos processos de ingresso e acesso dos estudantes; • promover a formação continuada de servidores com foco na permanência e êxito dos estudantes (IFSC, 2018, p. 20).

Considerou-se para isto, que a permanência e êxito vão além do resultado final, mas de todo o caminho que o estudante percorreu, incluindo frequência e desempenho em todo o processo, o que preserva as garantias do direito ao acesso à educação, à inserção do aluno no ambiente escolar e à possibilidade de inserção socioprofissional, ou seja, não somente para a conclusão do curso, mas preza pela manutenção do discente e pela atenção ao seu futuro (IFSC, 2018).

Diante do quadro crescente de alunos retidos e evadidos, a análise do TCU e do SETEC/MEC conclui necessidade urgente em se formar e implementar o trabalho das comissões e o Plano Estratégico de cada Instituição, a fim de colocar em prática ações e políticas que impeçam o avanço desta questão e promovam um cenário mais promissor no que se refere à permanência e êxito (IFSC, 2018).

Para a elaboração deste Plano Estratégico, foram ainda levadas em conta as dificuldades individuais e sociais dos discentes, visto que a retenção que frequentemente é seguida de evasão, não se manifesta apenas por uma razão, mas sim por um conjunto e/ou sucessão de motivos, como dificuldades financeiras, ausência de apoio familiar, sensação de não pertencimento ao ambiente acadêmico ou da localidade onde está inserido e que culmina no progressivo insucesso em disciplinas e no próprio curso em questão, onde ficar retido é uma consequência destas circunstâncias. Portanto, é necessário que os docentes, coordenadores pedagógicos e coordenadores de área estejam atentos para o comportamento, para a frequência, enfim, para os sinais de dificuldades expressadas por estes alunos em situação de risco para que possam ser resgatada antes do agravamento do fator “retenção” que irá frequentemente evoluir para “evasão” (DORE, 2011).

Durante o “I Encontro de Permanência e êxito do IFSC”, realizado em Florianópolis em 11 de outubro de 2018, onde foi apresentado o “Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC”, a Professora Rosemary Dore, estudiosa sobre evasão na Rede Federal e convidada para a palestra de abertura, enfatizou que entre as ações para reter o aluno e evitar a evasão deve-se buscar a “identificação dos que se encontram em situação de risco, o engajamento familiar, a colaboração escola-comunidade e um trabalho de tutoria” (IFSC, 2018).

Nesta mesma ocasião a Reitora Maria Clara Kaschny Schneider falou do quanto é relevante a reflexão àcerca da inclusão do aluno de forma efetiva e não só na ocasião do ingresso, “Entendo que, no momento que o aluno entra no IFSC, suas dificuldades na formação também são nossas e precisamos saber acolhê-las para que isso não o desestimore a parar de estudar” (IFSC, 2018)

2.4 Projeto Pedagógico do Curso Tecnólogo em Gestão Hospitalar

O projeto pedagógico do curso de Gestão Hospitalar do Campus Joinville sofreu modificações no ano de 2014, devido à necessidade de aprimoramento da grade curricular, com o objetivo de beneficiar os alunos e facilitar o andamento das atividades acadêmicas. Através do documento elaborado neste ano citado, houve o acréscimo de disciplinas importantes, o destaque para unidades curriculares que incentivam a pesquisa através dos temas relativos à metodologia, projetos de pesquisa e mais estrutura para o trabalho de conclusão de curso (BRASIL, 2014).

Foram suprimidas disciplinas, extintas ou reunidas em uma só disciplina, porém o aspecto mais relevante foi a colocação do Projeto de Pesquisa e TCC nos dois últimos semestres, dando oportunidade do aluno desenvolver seu trabalho final com mais tempo e informação, sendo ainda não obrigatoriamente vinculado ao estágio obrigatório (BRASIL, 2014).

A organização curricular apresentada é o resultado de um processo de construção coletiva que envolveu professores das áreas de conhecimento geral e profissionalizante (saúde e gestão), equipe técnico-pedagógica, coordenação de curso e diversas outras pessoas que contribuíram ao longo da construção desse documento (BRASIL, 2014).

Tal matriz curricular foi elaborada a fim de contemplar assuntos pertinentes a aspectos importantes para as organizações de saúde, buscando preparar o aluno para diversas situações do ambiente hospitalar e demais instituições, atendendo à demanda da sociedade em que está inserida, possibilitando ao profissional ser inserido em qualquer área da gestão em saúde. Para tanto, além das disciplinas ministradas em sala de aula, promove a participação em palestras e demais eventos da área, visitas técnicas dirigidas para que se possa observar a dinâmica dos ambientes estudados na prática, além de prever um estágio obrigatório para que haja realmente uma imersão nos assuntos estudados (BRASIL, 2014).

2.5 Evasão e retenção relacionadas ao curso de Gestão Hospitalar do Campus Joinville

Segundo Cunha (2017), no período de 2009/2 a 2014/1, a evasão no Curso Superior em Gestão Hospitalar chegou a 52%, sendo as principais causas encontradas:

1) Individuais; a descoberta de novos interesses e processos de seleção, problemas de saúde do aluno ou familiar, desmotivação com o curso, gravidez e acompanhamento do recém-nascido, falta de compatibilidade entre o trabalho e vida acadêmica.

2) Internos à Instituição: Gestão acadêmica do curso, questões didático pedagógicas, desmotivação por greve na instituição.

3) Externos à Instituição: desvalorização da profissão e falta de prestígio social do curso, oportunidade de trabalho para o egresso.

Vale ressaltar que após a efetivação desta pesquisa foram feitas mudanças na estrutura pedagógica do curso e restringiu-se o ingresso à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Antes da mudança do PPC (Projeto Pedagógico de Curso), o aluno somente poderia cursar disciplinas de um módulo após ser considerado “apto”(aprovado) em todas as disciplinas do módulo anterior, o que poderia dificultar e desestimular o avanço no curso, sendo que atualmente pode-se continuar cursando o módulo posterior, exceto a disciplina que tenha como pré-requisito aquela em que foi reprovado e fazê-la concomitantemente (CUNHA, 2017).

De maneira geral, o estudo de Cunha (2017), revelou que a principal causa de evasão dos alunos entrevistados é aquela considerada de cunho “individual” citado acima, devendo-se, entretanto, fazer-se uma análise mais detida sobre cada aspecto pesquisado a fim de conhecer mais profundamente as razões que motivaram a evasão, como por exemplo, no que diz respeito à “descoberta de novos interesses e novos processos de seleção, o aluno pode ter considerado que uma mudança de curso lhe traria melhores oportunidades de emprego no futuro, o que se relacionaria com fatores externos, sendo que, desta maneira não se deve fazer uma análise superficial ou somente baseada em dados estatísticos, o que limitaria a possibilidade de se compreender efetivamente o objeto da pesquisa e não se implementar ações acertadas para garantir o êxito dos alunos no Curso de Gestão Hospitalar do Campus Joinville (CUNHA, 2017).

Cunha (2017), propõe possibilidades de ações para minimizar o processo de evasão no Curso de Gestão Hospitalar, Campus Joinville, a saber: ações institucionais que permitam ao aluno ter conhecimento do mercado de trabalho antes do processo seletivo, estruturar e aprimorar o processo de informação sobre o curso junto ao público alvo, informações sobre o curso no ato da matrícula, acompanhar os alunos no início do curso, levá-los a participar de feiras de profissões, motivar os alunos com visitas a locais que possam ser seus futuros ambientes de trabalho, promover contato com profissionais da área, participação em seminários, congressos, acompanhamento dos estágios, atualização do currículo do curso para atender às mudanças sociais, culturais, organizacionais entre outras; reunir-se com alunos que estejam em risco iminente de desistência do curso e promover ações que busquem evitar que o mesmo abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

2.7 Apresentação do Documento Orientador para Superação da Evasão e retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica

Considerando os esforços do Governo Federal para implementar a expansão e interiorização de modo efetivo da Rede Federal de Educação Profissionalizante, Científica e Tecnológica, proporcionando recursos e infraestrutura para democratizar a oferta das vagas no ensino médio e especialmente no superior, observou-se a necessidade de um estudo mais minucioso sobre o que está estabelecido quanto à qualidade dos cursos, a implementação da diversidade e aos processos que fazem a permanência e o êxito dos discentes neste contexto (BRASIL, 2014).

Para dar andamento a essa necessidade, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), compôs um plano de ação o qual possui um detalhamento do fenômeno da evasão e retenção, além de propor medidas para combater estes fenômenos através de diferentes atos, como a busca em inserir os estudantes no mercado de trabalho, a formação de parcerias com organizações que possam auxiliar neste processo, capacitação e servidores das Instituições de Ensino, bem como a contínua avaliação dos cursos oferecidos. Isto foi implantado em ato contínuo ao Acórdão 506 de 2013 do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo número de processo é TC 026.062/2011-9, estabelece uma série de tarefas a serem cumpridas pela SETEC para o combate à evasão e retenção, entre outras:

Levantar dados sobre quais os alunos mais propensos a estes fenômenos; geração de indicadores sobre o assunto em questão diferenciando os tipos de cursos; verificação de viabilidade de adoção de critérios do PNAES ou outras formas de assistência estudantil; garantir o acompanhamento de alunos (pedagógica e socialmente) por profissionais dentro dos campi; incentivar a participação dos discente em programas de reforço escolar, bem como à monitoria e tutoria (BRASIL, 2014).

Além disso:

Organizar com os Institutos Federais, manual para orientar as bases legais para formação de parcerias com o setor produtivo e demais organizações que possam a eles se associarem; junto aos Institutos Federais, realizar ações que integrem ensino, pesquisa e extensão, priorizando pesquisas que tenham afinidade com demandas socioeconômicas locais e regionais, em que os objetivos que irão beneficiar aquela comunidade estejam explícitos; privilegiar linhas que integrem pesquisa e extensão; fomento a parcerias com o setor produtivo e público locais em regiões com menor desenvolvimento, bem como instituir indicadores para verificar a interação de integração dos campi com estes setores (BRASIL, 2014).

Segundo o Acórdão 506, ainda se estabelece que o SETEC em conjunto com os Institutos Federais deve fazer a inserção dos alunos ao meio profissional, instalando para isto: incubadoras de empresas, além de empresas juniores e cursos de empreendedorismo para locais longe das capitais, além de incentivo a estágios e acompanhamento de empregabilidade de egressos (BRASIL, 2014)

Contempla ainda a necessidade de ter uma maior atenção quanto aos servidores das Instituições, mapeando as necessidades de aperfeiçoamento de docentes, técnicos de laboratório e pessoal administrativo que esteja envolvido com licitações e contratos, realizando capacitações; estabelecer planos de avaliações de cursos técnicos, compondose ainda das disposições legais do referido Acórdão (BRASIL, 2013).

O “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” foi produzido após a formação de diferentes frentes de trabalho, após a portaria SETEC 39 de 22 de novembro de 2013, um grupo composto por membros da própria Secretaria e da Rede Federal, organizando-se em inúmeras reuniões presenciais e à distância, buscando a compreensão dos motivos que levam à evasão e retenção e que providências podem ser tomadas para combater estes processos, sistematizando através do Documento formulado. Todas as Instituições foram solicitadas a realizar um exame interno, identificando problemas, levantando dados e medidas de intervenção (BRASIL, 2013).

Sua estrutura é composta por três capítulos, sendo o primeiro a contextualização com histórico, estrutura, objetivos, a função social da Rede Federal, descrição das ofertas da Rede e dados sobre evasão e retenção; no segundo capítulo são apresentadas as bases conceituais de acordo com a literatura disponível, sendo o terceiro capítulo composto pelas propostas de combate ao problema, o que constitui o plano estratégico (BRASIL, 2014).

No primeiro capítulo vale destacar a implementação do plano de expansão da Rede Federal, onde foram destinadas 239 unidades para as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, alcançando 57% das unidades nestas regiões, onde se concentram 43% da população brasileira, tais dados indicam entre outras situações, o quão complexo é o diagnóstico dos problemas devido às diferenças regionais que a Rede Federal enfrenta a fim de atingir os objetivos de oferecer uma formação de

qualidade, inclusiva social e profissional e não só educacionalmente (BRASIL, 2014).

Quanto à oferta, foi verificado pelo grupo de trabalho, que a Rede Federal inclui cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional de forma livre ou junto ao ensino médio, educação profissional técnica de nível médio (técnicos), educação superior de graduação (licenciaturas, tecnológicas e bacharelados), além de pós-graduação *lato (especialização)* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) (BRASIL, 2014).

Sendo os cursos de educação profissional média e os de graduação são juntos mais de 80% da oferta, as quais foram detalhadas no Documento Orientador. Os cursos técnicos em questão podem ser: 1) articulado integrado, sendo preciso a conclusão do ensino fundamental e com matrícula única para o técnico e ensino médio na mesma instituição; 2) articulada concomitante, a quem está no ensino médio com matrículas distintas para os cursos podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, em instituições distintas ou que tenham convênio de complementaridade; 3) Subsequente, a quem já tenha concluído o ensino médio. Podem ainda ser ofertados como Educação de Jovens e Adultos, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA (BRASIL, 2014).

Os cursos de graduação na área profissional tecnológica formam profissionais para exercer atividades em áreas onde seja necessário o uso de tecnologias, concentrando-se na Rede Federal no campo da informação e comunicação, processos industriais e no campo da saúde. Os de licenciatura habilitam para o exercício da docência em educação básica, especialmente em ciências da natureza e matemática, enquanto que os de bacharelado concedem o diploma de bacharel, exercendo a profissão relacionada e na Rede Federal são especialmente na área de Engenharia e afins (BRASIL, 2014).

O Documento Orientador ressalta a Constituição Federal em seu artigo 6º, onde a educação é colocada como um direito social. Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se e no pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205). Desta forma é considerada: a) direito social e dever do estado; b) direito de cidadania; c) bem público; d) questão de soberania conjunta estado/cidadão, entretanto não é somente necessário considerar a importância da

educação de modo teórico, mas criar mecanismos políticos e sociais que garantam sua execução efetivamente (BRASIL, 2014).

De acordo com o disposto no Documento Orientador, existem várias pesquisas que foram elencadas para explicar os fenômenos de evasão e retenção em diferentes níveis, a começar pela educação básica até o nível superior. Dentre as principais referências destaca-se Tinto (1975), norte americano da *Syracuse University*, o qual empreendeu alguns trabalhos a respeito desta temática e propôs um modelo para compreensão do processo de evasão, onde considera seis variáveis:

- Recursos pessoais antes da entrada no curso, como habilidades, escolaridade, questões familiares.
- Objetivos pessoais já feitos pelo estudante.
- Integração (ou ausência dela) com a Instituição de ensino.
- Integração de alunos entre si e com os docentes.
- Comprometimentos feitos no decorrer do curso e o que determina a integração com a instituição e o que foi definido pela pessoa como metas para realizar a conclusão do curso.
- Meio externo ao curso e à Instituição; de modo geral, Vincent Tinto (1975) pontua os processos que definem se o aluno vai permanecer no curso e lograr êxito ou entrar para a estatística da evasão ou reprovação, causando o adiamento da conclusão do mesmo e leva para questões sociais e políticas as causas da questão, porém deixando clara a complexidade destes processos.

O Documento Orientador cita ainda os estudos empreendidos por Dore (2011) no Brasil, a qual coloca a evasão como um “processo com natureza multiforme”, vinculada a razões pessoais, familiares, sociais, pela própria estrutura escolar e demais questões de relacionamentos sociais que não estão ligados à instituição de ensino, sendo, portanto uma problemática de difícil definição e também de soluções bastante complexas e variáveis.

O grupo de trabalho que elaborou o Documento Orientador esclarece ainda que foram feitos trabalhos de pesquisa em na segunda metade da década de 80 por uma comissão (Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras) formada pelo Ministério da Educação, sendo um dos primeiros trabalhos quanto a este assunto no país, sendo esta fruto de indicadores do Programa de

Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A partir deste estudo foi possível aprofundar um pouco mais a temática, levantando dados e informações mais uniformes e detalhadas, muito diferente das que existiam até então, bastante fragmentadas e inconsistentes, sendo considerado um dos primeiros esforços para compreender o processo de evasão de fato (BRASIL, 2014).

Foi então a partir das pesquisas da Comissão Especial para Estudos da Evasão (1996), que houve bases mais sólidas para explicar esta questão de modo mais didático, sendo então definido que a evasão de curso seria a saída definitiva do aluno de seu curso de origem e a evasão de instituição é quando ele irá se desligar definitivamente da instituição onde possuía matrícula, sendo ainda considerada evasão do sistema quando ele abandona o ensino em si. O que se verifica é que houve esta definição mais detalhada porque como já foi colocado, este processo é um tema pontuado por circunstâncias múltiplas e também por tipos diferentes de desligamento do processo educacional (BRASIL, 1996).

Ainda citando os estudos da Comissão, consideraram-se três classificações para a evasão, a saber: *relacionada aos estudantes*, *relacionadas aos cursos e instituições* e também de *ordem conjuntural*, ligadas ao mercado de trabalho, o reconhecimento profissional quanto ao curso escolhido, o nível de qualificação do ensino anterior (fundamental e médio), às diferentes circunstâncias sociais, econômicas e políticas, estando aí incluídas, portanto, todas as ações governamentais para garantir não somente o acesso a uma educação gratuita de qualidade, mas proporcionar ao estudante, meios de permanecer matriculado e usufruindo plenamente do curso escolhido, tendo suas dificuldades minimizadas pela estrutura administrativa e pedagógica da IES (BRASIL, 1996).

Além dos estudos citados, há ainda vários que foram utilizados como referência para a elaboração do Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a saber Scali (2009), em uma Universidade de São Paulo, Silva et al, (2012), na Universidade Federal do Piauí, Ribeiro (2008) na Universidade de Brasília, entre outros. Ainda destacam-se Dore (2011), Stoco (2010), Silva (2013), Queiroz (2013), além da SETEC/MEC que empreendeu projeto para superação da evasão com bases no PROEJA, tendo como metodologia a que foi desenvolvida por Reis (2011).

No que se refere à categorização das causas da evasão e da retenção, o Documento Orientador especifica:

a) Fatores individuais - os quais vão desde a adaptação à rotina acadêmica, à capacidade de cada aluno em aprender as matérias curriculares, as dificuldades em conciliar estudos e trabalho, novos interesses acadêmicos, encanto ou motivação com o curso escolhido, escolha precoce da profissão, qualidade da formação anterior, informações a respeito do curso, questões diversas sobre vida pessoal ou mesmo familiar, participação em atividades acadêmicas, personalidade, questões financeiras ou de saúde.

b) Fatores internos às instituições, atualização, estrutura curricular, valorização da docência pela organização, programas institucionais de assistência ao estudante, iniciação científica, monitoria, gestão do curso, gestão administrativa e financeira da instituição, inclusão social, infraestrutura física, motivação do professor, seleção e política de ocupação das vagas, questões didático pedagógicas, relação entre escola e família.

c) Fatores externos às instituições: avanços tecnológicos, acadêmicos e sociais, conjuntura econômica e social, políticas governamentais para a educação, questões financeiras da instituição, reconhecimento social do curso, valorização da profissão (BRASIL, 2014).

A fim de enfrentar efetivamente o problema da retenção e da evasão na Rede Federal, o Documento Orientador indica um “Plano Estratégico de Intervenção e monitoramento” onde se define que é necessário primeiramente considerar a complexidade do problema a ser solucionado, levando em conta fatores individuais, sociais, os próprios de cada instituição (acadêmicos), econômicos, os quais irão impulsionar ou impedir a permanência e o êxito dos estudantes. É extremamente importante também que se defina as dificuldades e peculiaridades regionais, pois elas irão variar conforme a região do país em que o estudante está inserido, mesmo que as condições de ofertas de cursos sejam semelhantes, pois o meio irá influenciar toda a evolução deste aluno (BRASIL, 2014).

Desta forma definiu-se que cada Instituição da Rede Federal deva elaborar seu próprio Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, sendo que as metas deverão estar no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e os resultados devem constar do relatório de gestão

anual, o que será acompanhado pela SETEC/MEC, porém seguindo a metodologia estabelecida, a qual consta de quatro fases:

- Instituição de Comissão interna, a qual irá coordenar e implementar o Plano Estratégico. Deverá ser formada por indicação do Dirigente máximo e conter gestores de ensino e da assistência estudantil, coordenadores de curso entre outros.
- Elaboração de diagnóstico quantitativo, identificando os cursos com taxa de evasão ou de retenção de mais de 15%, usando a metodologia descrita no Documento Orientador.
- Elaboração de diagnóstico qualitativo, onde além de verificar as informações sobre os cursos, torna-se uma importante etapa para reflexão pelas pessoas que participam do processo de ensino, fazer considerações sobre a atuação, sendo levadas a reconhecer e pensar sobre a existência do problema de evasão e retenção e como podem contribuir para diminuí-las.
- Consolidação do Plano Estratégico, a comissão elaborará uma proposta e irá submetê-la ao Conselho Superior da Instituição, contendo em sua estrutura os itens já especificados no Documento Orientador (BRASIL, 2014).

3 METODOLOGIA

No que se refere ao trabalho de campo desenvolvido, esta pesquisa teve abordagem “qualitativa”, onde foi realizada uma análise dos dados coletados e dos efeitos dos mesmos sobre os alunos e sobre a Instituição. A pesquisa científica qualitativa ocupa-se em traduzir ideias que estão além da simples quantificação, valendo-se de outras abordagens sobre os objetos pesquisados, focando nas flutuações, nas mudanças das relações sociais. “O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que seja capaz de produzir novas informações”(DESLAURIERS, 1991).

Ainda sobre a análise qualitativa, Minayo (2002), coloca que o principal verbo na análise qualitativa é compreender, colocar-se no lugar do outro, levando em conta sua singularidade, porém que a vida deste indivíduo está inserida em um contexto maior de grupo, da coletividade. Busca um olhar pessoal, partindo das colocações dos envolvidos no objeto pesquisado, suas vivências, percepções e emoções frente aos acontecimentos, o que dará embasamento para um aprofundamento dos motivos que levaram aos fatos colocados nos dados (FONSECA, 2002).

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos de gravação de áudio e vídeo ou simplesmente fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995).

Constitui-se ainda de natureza “aplicada”, buscando a solução de um problema específico do curso em questão, gerar conhecimentos práticos para a solução de problemas específicos e ainda abordando verdades locais (PRODANOV e FREITAS, 2013). Para tanto, foram feitas análises dos dados coletados, elaborados resultados e feitas sugestões, destacando os problemas encontrados no

universo pesquisado a fim de elaborar diagnósticos e engendrar soluções, gerando conhecimentos de aplicação prática (THIOLLENT, 2009).

Quanto aos objetivos caracteriza-se como “exploratória”, a qual geralmente assume a forma de pesquisas bibliográficas ou de estudo de caso, tendo um planejamento um pouco mais flexível, permitindo a observação em diferentes ângulos, descobrindo em sua execução outros tipos de enfoque conforme o andamento e desenvolvimento da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013).

No que se refere aos procedimentos, caracteriza-se como “estudo de caso”, onde segundo Yin (2001) utiliza-se este método quando o autor deseja saber como e porque ocorre o fenômeno pesquisado que compreende um evento da vida real. Segundo Fonseca (2002), o estudo de caso caracteriza-se como uma “entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social”.

Ainda quanto aos procedimentos, revela-se uma pesquisa “documental”, tendo em vista a utilização dos registros acadêmicos do Campus Joinville e do SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), bem como de “entrevista”, a qual foi feita com os alunos das turmas escolhidas para amostragem.

Para este trabalho, fez-se a análise e interpretação das entrevistas, comparando-as com referências de literatura e dos documentos do Ministério da Educação sobre o assunto, a fim de então, de posse desses levantamentos, retiraram-se resultados e teceram-se considerações sobre o tema.

3.1 Procedimentos metodológicos:

3.2.1 - Análise documental - Com relação ao tema abordado neste trabalho, considera-se como referência para levantamento de dados e análise dos mesmos, a metodologia apontada pelo “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (BRASIL, 2014). Para obtenção de dados quantitativos foi necessário a consulta ao SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), o qual consiste em um banco de dados eletrônico do Governo Federal para registro e controle da educação profissional e tecnológica do país. Seu preenchimento é online, atualizado frequentemente e possui informações sobre

instituições de ensino que prestam cursos de nível infantil, fundamental, médio, graduação e pós-graduação (SISTEC, 2013).

A fim de efetivar as taxas de evasão e retenção nos ciclo, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- **Taxa de conclusão do ciclo** = *estudantes que concluíram o curso com êxito ÷ ingressantes do ciclo.*
- **Taxa de evasão do ciclo** = *estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo ÷ ingressantes do ciclo.*
- **Taxa de retenção do ciclo** = *estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo de duração do ciclo ÷ ingressantes do ciclo.* (BRASIL, 2014, P. 25).

Para efetuar esta tarefa foi necessário o apoio do setor de registro acadêmico do IFSC - campus Joinville, o qual dispõe de acesso ao SISTEC, a fim de gerar as listagens referentes a esta pesquisa.

3.1.2 Entrevistas semiestruturadas - Para esta fase buscaram-se as causas do fenômeno de evasão e da retenção dos alunos selecionados através de perguntas abertas (roteiro anexo). Foram, então, submetidas à análise, levando-se em consideração o Documento Orientador do Ministério da Educação e demais referências que contribuíram para realizar um diagnóstico mais preciso dessas causas, sendo capazes de oferecer bases para combater o processo de evasão e retenção no curso de Gestão Hospitalar do campus Joinville.

Os alunos evadidos e retidos foram entrevistados individualmente, por telefone, pessoalmente ou meio eletrônico em períodos definidos, sendo abordadas questões que visaram identificar a forma de conhecimento do curso, as causas da evasão do curso, o período da evasão, os programas institucionais de conhecimento dos evadidos que poderiam diminuir a evasão no curso e outras questões abordadas pelos alunos. De acordo com as respostas conseguidas nas entrevistas, os dados foram classificados conforme os fatores individuais, internos e externos (BRASIL, 2014) e posteriormente foram analisados a fim de que fossem levantadas ações de intervenção para a superação da evasão e retenção.

3.2 Universo pesquisado

Considerou-se para esta pesquisa, alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Joinville, com foco na turma ingressante no segundo semestre de 2015 (2015-2) e ingressantes no primeiro semestre de 2016 (2016-1). Esta amostra foi delimitada levando em consideração a mudança no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) da Gestão Hospitalar, ocorrida em outubro de 2014 e aplicada no curso no segundo semestre de 2015, alterando a grade curricular. Deste modo tornou-se inviável relacionar turmas anteriores a 2015-2, pois não haveria parâmetro para comparação (BRASIL, 2014).

Este curso é apresentado no catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2016 no eixo tecnológico de Ambiente e Saúde, com carga mínima de 2400 h. Para obter esta graduação, o aluno deve estar apto em gerenciamento dos processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde, coordenar planejamento estratégico, organizar fluxo de trabalhos relacionados à área de atuação, controlar compras e custos, estruturar áreas de apoio, supervisionar contratos e convênios, gerenciar a qualidade dos serviços, desenvolver programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde e elaborar parecer técnico, devendo ainda contar com biblioteca com acervo específico, atualizado e laboratório de informática (IFSC, 2018).

Foi aprovado pela Resolução nº 013 do Conselho Superior do IFSC de 09 de abril de 2009, com carga horária total de 2.600 horas, sendo 200 horas de estágio, integralização mínima de seis semestres e máxima de 12 semestres, com oferta de 80 vagas anuais, ou seja, duas turmas com 40 vagas, sendo oferecido, inicialmente em período noturno e atualmente vespertino e noturno.

Foram entrevistados os alunos da turma de 2015-2 e 2016-1 que, através da documentação cedida pela secretaria do campus Joinville, observou-se estarem em situação de retenção no curso. Esta turma, inicialmente com 44 discentes matriculados, conta atualmente com 14 retidos em alguma unidade curricular, sendo que diplomou dois alunos ao final do ciclo regular estipulado para este processo (2018-1), enquanto que a turma 2016-1 iniciou com 38 alunos, tendo atualmente 14 retenções.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

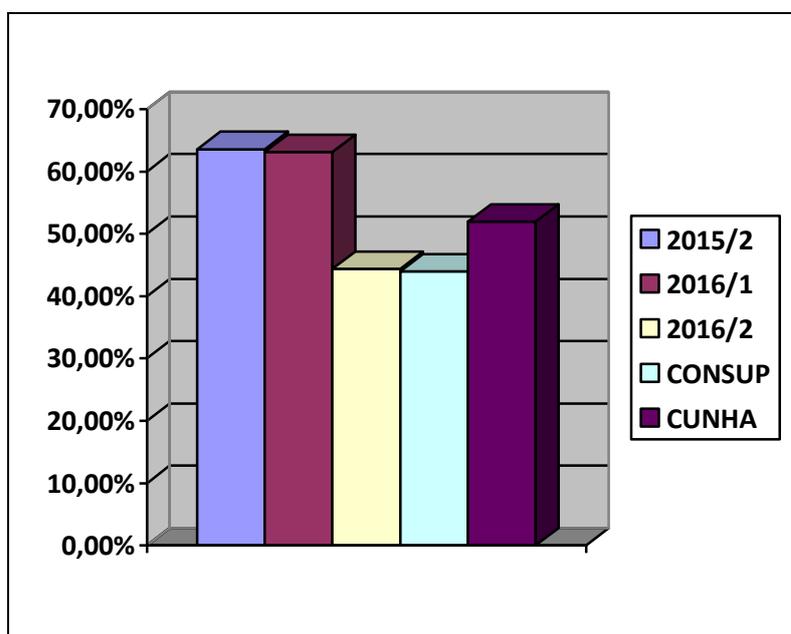
Apesar da amostra ter sido limitada pelas contingências que caracterizaram o universo de pesquisa, como o fato do PPC (Projeto Pedagógico do Curso) ter sofrido modificações e o novo documento implantado na turma que iniciou no segundo semestre de 2015, excluindo, deste modo, as anteriores da pesquisa principal (entrevistas) e restringindo as que ingressaram na sequência (2016-2), visto que ainda não tiveram sua conclusão, foi possível inferir as considerações a seguir.

Com os dados obtidos no setor de registro acadêmico do IFSC Joinville, relativos ao número de matrículas ativas e canceladas, realizou-se uma análise inicial quanto ao fenômeno de evasão, o qual, frequentemente é uma consequência do processo de retenção.

Chama a atenção a quantidade de alunos evadidos, não somente da turma de 2015-2, mas das posteriores também (2016-1 e 2016-2). No caso dos ingressantes de 2015-2, a taxa de evasão ficou em 63,6% (total de 44 alunos matriculados e 28 matrículas inativas, canceladas posteriormente), um número bastante elevado até mesmo para os estudos contidos em diferentes pesquisas relativas à permanência e êxito nas Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Em 2016-1 ocorreu uma taxa de 63,16% de evasão (foram matriculados 38 alunos no início do semestre, advindos do vestibular do IFSC e também do Exame Nacional do Ensino Médio, (ENEM) selecionados pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), sendo que atualmente 24 configuram-se como evadidos. Já na turma de 2016-2, foi constatado 44,4% de evasão, sendo 45 matrículas no começo do ciclo 20 atualmente canceladas, portanto consideradas como evasão.

Tais dados demonstram que em dois ciclos seguidos (2015-2 e 2016-1) foi constatada uma porcentagem superior ao divulgado pela Resolução do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, o CONSUP (nº 23 de 21 de agosto de 2018), o qual cita uma taxa média de 44% em número de egressos sem êxito nos cursos superiores em tecnologia do IFSC, bem como da pesquisa de Cunha (2017) que encontrou em 9 turmas pesquisadas (2009 a 2014), um percentual de 52% de evasão. Somente em 2016-2 houve uma taxa equivalente ao encontrado nas pesquisas para “permanência e êxito” do Instituto Federal de Santa Catarina.

Gráfico 1- Comparativo de taxas de evasão

Fonte: a autora (2019).

Do total de alunos que iniciaram no segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016 no curso de Gestão Hospitalar do Campus Joinville, pode-se constar que dentro das estatísticas de egressos sem êxito (evasão), alguns desistiram após passarem pelo processo de retenção em unidades curriculares, outros simplesmente desistiram no início do curso por razões pessoais. Como os dados destes alunos não estão completos devido a mudanças do sistema informatizado do Instituto Federal de Santa Catarina no início de 2018, não “importando” informações com a devida assertividade sobre as matrículas que se encontram inativas, não foi possível mensurar com certeza se houveram reprovações que justifiquem o abandono do curso em todos os casos.

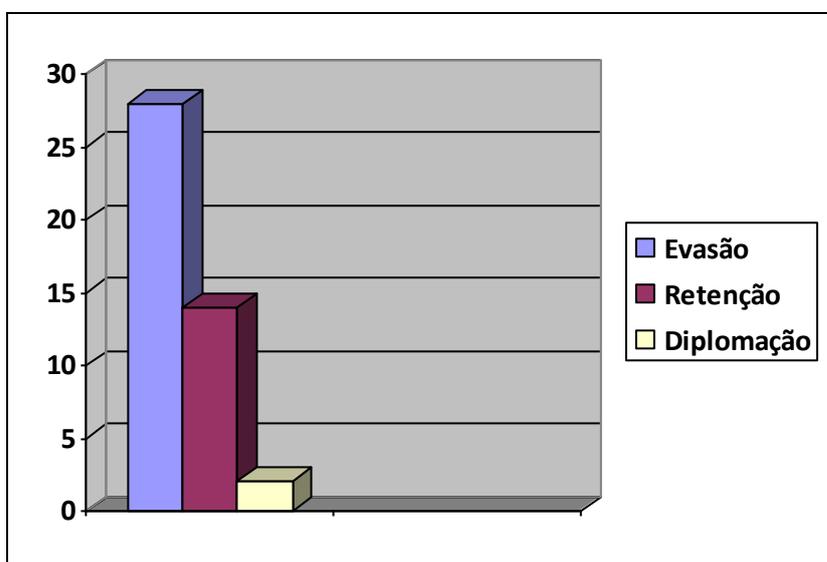
Podemos, entretanto, afirmar que de maneira geral, o aluno que inicia um curso de graduação deseja continuá-lo, no entanto, de acordo com as referências expostas neste estudo, o abandono da graduação pode ser motivado pelas reprovações em uma ou mais unidades curriculares logo nos semestres iniciais, fato que parece comum em todas as Instituições de Ensino Superior e que, muitas vezes não é investigado, ação esta que poderia evitar o desligamento do aluno de seu curso.

Neste estudo de caso, foi necessário, portanto, ignorar aqueles que tiveram matrículas canceladas, mesmo que tivessem feito parte do processo de retenção inicialmente, ocorrendo uma ou mais reprovações em diferentes disciplinas, causando atraso nas evoluções acadêmicas e possivelmente transformando-se em alunos que entraram para a estatística de evasão.

4.1 Turma ingressante em 2015-2

Iniciou em período noturno com 44 alunos matriculados através de vestibular do IFSC e pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), através das notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No gráfico abaixo, observa-se o número de alunos retidos (14), evadidos (28) e concluintes (2) do curso.

Gráfico 2 – Número total de evasão, retenção e conclusão (diplomação) de alunos da turma de 2015-2 do CST em Gestão Hospitalar.



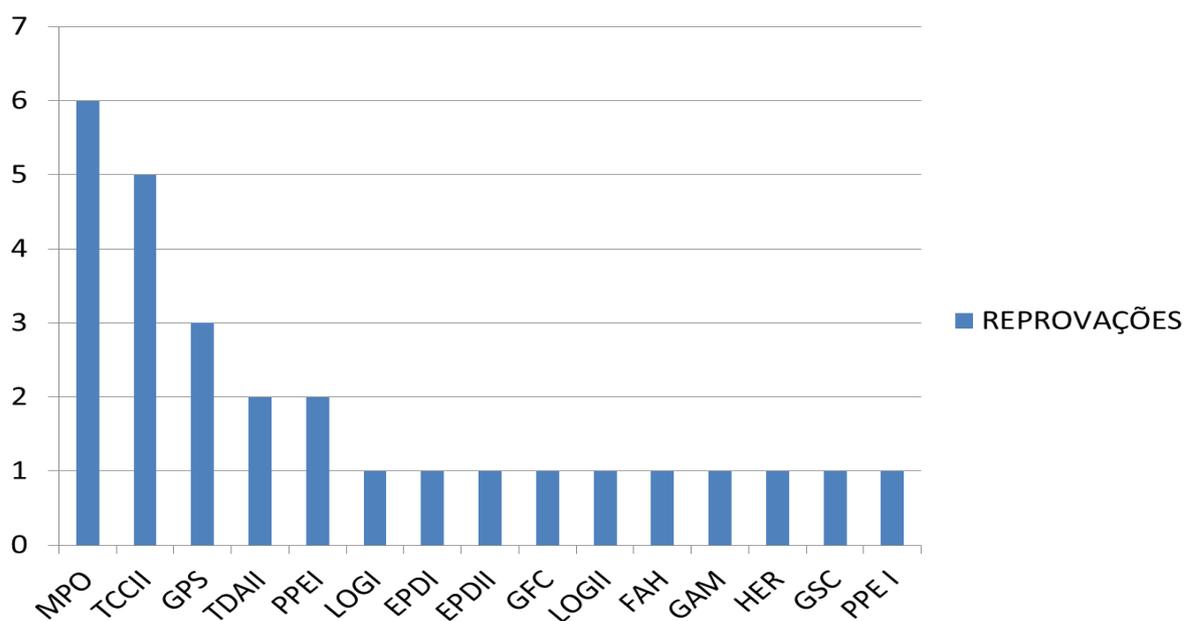
Fonte: a autora (2019).

Considerando-se assim, apenas os alunos que continuam com matrículas ativas no curso, foi possível fazer algumas considerações, primeiramente identificando as unidades curriculares em que esses alunos reprovaram. Posteriormente, através de entrevistas, passou-se a explorar os motivos que os levaram a estas reprovações.

As disciplinas onde houve maior número de alunos com reprovações foram “Metodologia aplicada às Organizações de Saúde” (MPO) e “Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), com 6 e 5 reprovações respectivamente. Em seguida “Gestão de Pessoas em Saúde”(GPS), com 3 reprovações, “Teoria Geral da Administração II”(TDA II) e “Projeto de Pesquisa I”(PPE I), ambas com duas reprovações, e por fim “Logística Hospitalar I”(LOG I), “Epidemiologia I”(EPD I), “Epidemiologia II”(EPD II), “Gestão Financeira e Contabilidade”(GFC), “Logística Hospitalar II”(LOG II), “Faturamento Hospitalar”(FAH), “Gestão Ambiental”(GAM), “Humanização, ética e responsabilidade social”(HER), “Gestão de contratos”(GCS) e “Projeto de Pesquisa II”(PPE II), com 1 reprovação cada.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de alunos retidos em cada disciplina relacionada.

Gráfico 3 - Número de reprovados por unidade curricular (Turma 2015-1).



Fonte: a autora (2019).

Durante as entrevistas com os acadêmicos retidos da turma 2015-2 surgiram várias observações que refletem, de modo geral, concepções de acadêmicos das demais turmas da Gestão Hospitalar que são manifestadas de modo informal. É importante relatar que houve, nesta turma específica, peculiaridade proveniente de desentendimento dos alunos com relação ao método de ensino e avaliações em

uma das disciplinas, faltando neste estudo, informações que levem a saber se ocorreu em outras turmas.

É importante ainda dizer que dos 14 alunos retidos, apenas 9 responderam à entrevista (pessoalmente ou por e-mail); não foi estabelecido contato com uma pessoa devido a cadastro desatualizado e quatro pessoas não responderam voluntariamente, apesar de terem sido contactadas em várias oportunidades.

4.1.1 Considerações dos alunos da turma 2015-2 sobre os motivos que causaram a retenção.

Nesta questão foi indagado sobre os motivos que levaram às reprovações ou desistências (retenção) na ocasião em que ocorreu. Podem-se enumerar diferentes aspectos citados por esses alunos, desde a demora em autorizações de pesquisa, cansaço físico, necessidade de permanecer mais tempo com a família, troca inesperada de orientador de TCC, gestação, desempenho insatisfatório do professor em sala e nas orientações, até opção pessoal em prorrogar o curso.

Quadro 1 – Classificação dos fatores de retenção conforme o “Documento Orientador para Superação da Evasão e retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica” (turma 2015-2).

Fatores individuais	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvida sobre carreira a seguir. • Dificuldades para compreender os assuntos das unidades curriculares. • Cansaço físico e psicológico devido a trabalho, curso e sobrecarga familiar. • Opção devido a gestação. • Opção para fazer o TCC e o estágio com mais calma. • Dificuldades de obter colaboração de outros colegas. • Pequena motivação pessoal.
Fatores internos à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de orientador de TCC, não dando tempo hábil para terminar. • Dificuldades com a metodologia de alguns docentes. • Falta de comunicação de docentes e coordenação do curso com os alunos. • Excesso de disciplinas ligadas à pesquisa. • Falta de “práticas” nas disciplinas.. • Dificuldade em fazer estágios.
Fatores externos à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades em autorizações para pesquisas. • Desconhecimento do curso de Gestão Hospitalar por pessoas e instituições. • Não inserção em estágios.

Fonte: a autora (2019).

No que diz respeito aos fatores “individuais”, muitas colocações foram feitas a respeito da sobrecarga a que o aluno é submetido na sua vida diária. Cabe dizer que esta turma ocorria no turno da noite, sendo composta especialmente por alunos que precisavam trabalhar durante o dia, estando, portanto, sujeitos a desgastes físicos e mentais, o que prejudicava a atenção e a compreensão durante as aulas e como consequência, provocava um desempenho muito aquém do esperado.

Além do trabalho formal, alguns alunos destacaram a necessidade de dar atenção aos filhos, em especial, quando há uma questão de saúde envolvida, exigindo acompanhamento pessoal e médico frequentes. Este aspecto individual acaba por formar uma sequência de eventos muito difíceis de contornar, pois são situações que não podem, muitas vezes, serem adiadas, uma vez que envolvem familiares deles dependentes.

Uma aluna externou sua dúvida sobre a carreira a seguir, visto que se decepcionou com a ausência de campos de trabalho específicos para o profissional formado em Gestão Hospitalar. Há muita desinformação a respeito e pouca divulgação até mesmo da existência da unidade do Instituto Federal de Santa Catarina em Joinville.

Outro ponto abordado foi a falta de entendimento de determinadas disciplinas por parte dos alunos devido à formação anterior (ensino médio), ter sido deficiente. Este é um problema recorrente nas Instituições de Ensino Superior causado pela baixa qualidade do ensino médio no país, o que dificulta o desenvolvimento do aluno em unidades curriculares que envolvam leitura, interpretação de artigos acadêmicos e desenvoltura para a escrita e produção de material de pesquisa.

A gestação foi um fator apontado por uma aluna, deixando claro que até poderia continuar por um tempo, mas optou por esperar por momento mais adequado, focando sua atenção aos cuidados pré-natais e puerpério, além de total atenção ao recém-nascido e demais cuidados desta fase tão importante e delicada de sua vida e de seu filho.

Houve ainda, uma colocação sobre a falta de estímulo pessoal para estudar tanto em casa quanto no decorrer das aulas, expondo uma dificuldade que alguns alunos enfrentam. Este é um aspecto importante que deve ser abordado, visto que suas causas são múltiplas e passam despercebidas pelos setores pedagógicos, podendo significar simplesmente um desinteresse pelo curso até problemas de saúde não detectados e que a Instituição de Ensino pode auxiliar abordando este

discente com dificuldades, procurando identificar e, na medida do possível, sanar tais dificuldades através dos setores pedagógico, assistencial ou psicológico do campus.

Também foram citados os reveses de se trabalhar com outras pessoas, com outros alunos, visto que muitas vezes fica-se dependendo de outros colegas para finalizar atividades e, infelizmente, as pessoas não correspondem àquilo que deveriam fazer. Tal fato torna-se também motivo de desestímulo para alguns, pois denota falta de responsabilidade e até mesmo de falta de respeito pelos colegas de curso, atrapalhando o desenvolvimento natural das disciplinas.

No que tange a fatores “internos à Instituição”, a principal colocação dos alunos da turma de 2015-2, foi com relação à metodologia de ensino e de aplicação de provas de determinados professores. Houve, por parte de algumas pessoas, um descontentamento quanto aos procedimentos pedagógicos utilizados. Por conta disso foram feitas reclamações à coordenação do curso, as quais não obtiveram respostas, não houve mudanças e ocorreram reprovações.

Alguns alunos desta turma em questão enfatizaram bastante a falta de “práticas” durante o curso e consideraram que há muita atividade ligada à pesquisa, metodologias e teorias em excesso. Uma das entrevistadas chegou a dizer que considerava que “o curso era para formar pesquisadores” e tinha poucas situações práticas.

Quanto aos fatores “externos à Instituição”, uma das colocações foi quanto à demora em obter autorizações no que diz respeito a pesquisas. O processo pode ser muito moroso, o que atrasa a conclusão do curso e desanima o aluno. Outra questão é a dificuldade de conciliar campos de estágios para o aluno que trabalha e ainda a desinformação quanto aos procedimentos relativos ao andamento do estágio obrigatório.

O ponto mais importante foi a dificuldade do aluno em ser reconhecido como futuro profissional da área de gestão em saúde, devido ao desconhecimento da população do que faz um gestor hospitalar. Devido a este aspecto um dos alunos passou por constrangimento ao se apresentar em uma organização de saúde a fim de fazer sua pesquisa acadêmica. Junto a isso se somam a falta de opções adequadas para cumprir com o estágio obrigatório ou mesmo para pleitear uma vaga de estágio não obrigatório para buscar uma inserção posterior no mercado e trabalho.

4.1.2 Considerações dos alunos da turma 2015-2 sobre possíveis ações da Instituição para evitar que ficassem retidos.

Três pessoas disseram que como foi uma decisão individual, imposta por fatores íntimos, a Instituição nada poderia fazer para que este processo não ocorresse.

Foi abordada novamente a questão de se ouvir o aluno no que diz respeito a questionamentos quanto aos métodos pedagógicos, pois isto causa uma sensação de falta de empatia não só do professor envolvido, mas também da coordenação do curso e da Instituição. Isto, segundo os alunos entrevistados, também se aplica para as disciplinas de projeto de pesquisa 1 e 2, que às vezes não dão a base necessária para o aluno desenvolver o trabalho proposto a contento.

Outra colocação foi com relação à necessidade de buscar inserir os alunos na prática, visto que a grande maioria deseja melhorar profissionalmente e expandir o campo de atuação. Segundo alguns, há uma sobrecarga de trabalhos teóricos em que o aluno, muitas vezes não tem tempo de desenvolver e faltam abordagens mais práticas em sala de aula.

4.1.3 Sugestões dos alunos da turma 2015-2 para diminuir a retenção.

Com relação ao problema enfrentado por estes alunos na questão pedagógica, a maioria citou a necessidade de uma reavaliação dos métodos adotados quando há reclamações constantes dos alunos. Colocou-se ainda a importância de uma coordenação de curso mais presente e que dê retornos quanto às questões abordadas, pois, segundo esses alunos, ainda não foram dadas respostas efetivas. Entretanto, é preciso mencionar a opinião dos alunos que tiveram uma visão diferente, segundo a qual o problema foi causado também pelo despreparo acadêmico de alguns colegas, que, de certa forma não conseguiram se adequar às exigências da unidade curricular, bem como pela falta de comunicação eficiente de ambas as partes.

Foi sugerido que os docentes reavaliem sua maneira de passar conteúdos e avaliações com regularidade e que passem a ouvir mais os alunos, pois a partir deste comportamento todos podem ter maior proveito das disciplinas. Por outro lado, os alunos devem ter mais comprometimento, buscando integrar-se ao ambiente da

Instituição e às regras do curso, tudo sendo acompanhado e intermediado, quando necessário, pela coordenação do curso de Gestão Hospitalar.

Segundo os alunos, os professores poderiam ser colocados para dar aulas segundo sua formação, sua facilidade com as disciplinas para que tenham motivação em passar os assuntos e como consequência motivar também os alunos. Deve haver uma aproximação dos professores com os as turmas, compreendendo as características de cada uma delas e buscando a integração de todos a fim de dar ao discente, especialmente aos que estão começando a vida acadêmica, a sensação de “pertencimento” que foi referida neste estudo na seção teórica.

Foi indicada, ainda, a importância de tentar integrar o acadêmico no mercado de trabalho, o que seria essencial para a maioria dos entrevistados. Sabe-se que o aluno que faz um curso de tecnólogo, especialmente no período noturno, busca espaço nas empresas da área, colocar-se como cidadão respeitado por suas escolhas profissionais, sendo que, infelizmente, o que os acadêmicos têm visto são pessoas com formação diversa ou mesmo nenhuma formação superior ocupando espaços que seriam do Gestor Hospitalar. Isto deixa uma sensação, aos alunos, de que o curso não se presta para seu propósito inicial de formá-lo e dar oportunidade de trabalhar na área.

De modo prático foi sugerido que a Instituição busque fomentar novos campos de estágio, especialmente os que podem levar a uma efetivação posterior. É preciso que o nome do Curso de Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Santa Catarina seja lembrado pelas Organizações públicas e privadas quando se abrirem vagas para o setor. Para que isto aconteça, o aluno não pode estar sozinho, mas amparado por um setor de estágio que esteja atento às demandas das empresas e órgãos públicos que possam, porventura, valerem-se dos serviços oferecidos pelos acadêmicos do IFSC.

Deve-se, segundo esses alunos, estruturar este setor tão crucial para a vida futura dos estudantes, de modo que sejam passadas informações corretamente, que se possa verificar, não somente no momento da prática do estágio, mas mesmo na busca por ele, um interesse do Instituto em atender às necessidades do aluno, principalmente o aluno que é trabalhador e aos que precisam atender suas famílias. Por outro lado, para alguns, durante entrevistas de estágio, foi perguntado o que gostaria de fazer, quando na verdade deveria haver primeiramente a oferta de locais

e atividades disponíveis nas organizações de saúde para que o aluno possa se candidatar.

4.1.4 Expectativas dos alunos da turma 2015-2 no início do curso.

Para responder a esta pergunta, a maioria (oito pessoas), relataram que no início tinham boas expectativas quanto ao curso, apenas uma pessoa relatou que iniciou com baixa expectativa, tendo começado o mesmo apenas para conhecer qual seria a proposta, mantendo poucas perspectivas, pois considerava ser um curso pouco conhecido. Destas, seis pessoas tinham como meta uma melhoria na oferta de emprego decorrente do curso superior, esperavam mais oportunidades dentro da área específica da saúde, que fossem implementadas oficinas na Instituição, oportunidades de estágios e consequentes efetivações relacionadas a esses campos. Duas pessoas esperavam somente ter um diploma de curso superior, sendo que um deles, que já possui emprego estável, gostaria de participar do Conselho Municipal de Saúde, interesse que surgiu e se solidificou durante o curso.

Juntamente com as expectativas, alguns alunos externaram suas decepções à cerca da experiência acadêmica até então, como por exemplo, a dificuldade de inserção no mundo do trabalho formal relacionado à área da saúde, fato que foi relacionado ao desconhecimento do Curso de Gestão Hospitalar por parte da população em geral. Foi comentada por um discente a ocorrência de “preconceito” em determinada organização de saúde quando citou que estava completando essa formação. Segundo suas palavras isto só aconteceu por falta de informação da pessoa em questão, porém, ressalta que há pouca divulgação desta profissão mesmo em hospitais onde se realizam estágios curriculares.

Cabe ressaltar a observação de uma aluna que tinha aspiração de conseguir um emprego na área e após estágio em organização de saúde foi possível ser efetivada, mesmo sem ainda ter concluído o curso superior em Gestão Hospitalar. Apesar de ser uma vaga em que não necessita de ensino superior, a mesma surgiu por meio do curso de Gestão Hospitalar e sente-se então satisfeita com este resultado.

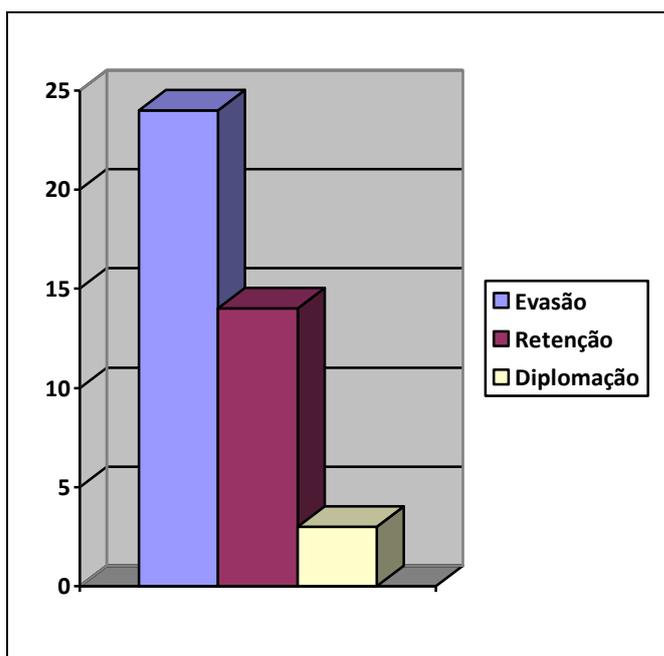
Neste estudo ficou evidente a esperança de empregabilidade aumentada pelo curso ofertado, entretanto há uma carência de divulgação do curso de Gestão Hospitalar, mesmo nas Instituições da área de saúde, fazendo-se necessário um

plano de ação que divulgue a importância de ter um profissional graduado nesta área.

4.2 Turma ingressante em 2016-1

Iniciou no período vespertino, tendo 38 alunos matriculados através de vestibular do IFSC e também pelo SISU(Sistema de Seleção Unificada), através das notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No gráfico abaixo observa-se o número de alunos retidos (14), evadidos (24) e concluintes (3) do curso (dados obtidos até dezembro de 2018).

Gráfico 4 – Número de total de evasão, retenção e conclusão (diplomação) de alunos da turma 2016-1 do CST em Gestão Hospitalar (até dezembro de 2018)



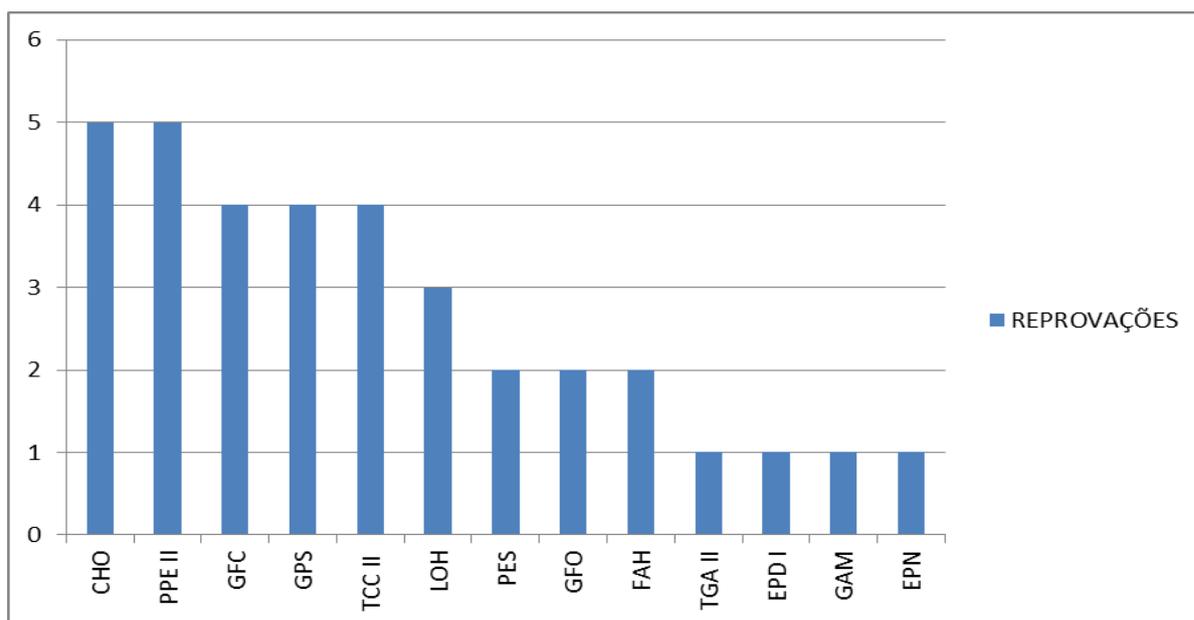
Fonte: autora (2019).

Constatou-se que as unidades curriculares onde houve maior número de alunos retidos foram: Custos Hospitalares e Projeto de Pesquisa I (PPE I) com 5 retenções; Gestão Financeira e Contabilidade (GFC), Gestão de Pessoas em Saúde (GPS) e Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC II) com quatro retenções; Logística I (LOH I) com três retenções; Planejamento Estratégico (PES), Gestão Financeira e orçamentária e Faturamento Hospitalar (FAH) com duas reprovações, Teoria Geral

da Administração (TDA II), Epidemiologia I (EPD I), Gestão Ambiental em Saúde (GAM) e Empreendedorismo e Plano de Negócios (EPN) com uma reprovação cada disciplina.

O quadro a seguir demonstra essa relação alunos/disciplinas em retenção:

Gráfico 5 – Número de reprovados por unidade curricular da turma 2016-1.



Fonte: a autora (2019).

Nesta turma, a qual conta com 14 retidos, foram ouvidos 10 alunos responderam às questões propostas por escrito, sendo que de 3 discentes não se obteve resposta à entrevista e uma aluna é pesquisadora, abstendo-se de respondê-la por questões éticas.

4.2.1 Considerações dos alunos da turma 2016-1 sobre os motivos que causaram a retenção.

Houve nesta turma uma peculiaridade, onde a maioria dos casos de retenção foi causada por desistência espontânea das disciplinas, considerando-se que já estavam fora do prazo para trancamento de matrícula. Deve-se atentar para o fato que esta turma tinha suas aulas no horário vespertino, sendo um empecilho para quem precisa de emprego, o que geralmente é em horário comercial.

Diante disso três alunas tiveram que desistir do semestre, sendo que uma delas ainda conseguiu concluir algumas por possuir média e presenças suficientes, porém reprovou em duas devido a faltas. Por outro lado duas alunas tiveram todo o semestre perdido, uma delas estando em condição de extrema necessidade na época, caso que escondeu dos demais colegas por constrangimento da situação em que se encontrava.

Outro fator para trancamento de semestre e depois reprovação por faltas foi o caso de uma aluna que passava por momento delicado de doença na família, sendo que após a melhora do quadro, pôde retornar ao curso no horário normal, entretanto foram perdidos dois semestres neste íterim. Ainda com relação a questões de saúde, houve dois casos em que esta foi determinante para a retenção; uma delas reprovou por notas por enfrentar um problema grave no meio do semestre e quando retornou, não conseguiu mais acompanhar os assuntos. Outra aluna descreve que queria terminar o curso o quanto antes e começou a “puxar” matérias de semestre seguinte, sendo que tal atitude causou uma enorme sobrecarga física e mental, ocasionando desequilíbrio emocional, o que a levou a desistir de duas disciplinas.

Uma aluna destacou a rotina estressante de quem possui família, tendo que atender às necessidades dos filhos, além de ter dificuldades com transporte público ou mesmo trânsito intenso no traslado para o IFSC. Estas questões podem não ser tão determinantes, mas acabam por desanimar o aluno.

Houve ainda uma colega que destacou a demora em obter autorização do local onde pleiteava fazer sua pesquisa para o Trabalho de conclusão de curso, dificultando o prosseguimento do mesmo e duas alunas relataram dificuldades com as matérias relacionadas a cálculos (Gestão financeira e contabilidade e Gestão financeira e orçamentária), destacando que não conseguiram acompanhar as disciplinas a contento.

Ocorreu ainda uma colocação sobre a dificuldade em se pesquisar sem possuir um computador em casa e não podendo contar com o acervo da biblioteca do campus Joinville que é bastante limitado. Isto dificultou para o prosseguimento da disciplina de Projeto de Pesquisa; quanto a esta matéria, outra discente relacionou a ausência de atenção individual durante o andamento da disciplina, desanimando-a a prosseguir com a matéria.

A seguir observa-se um quadro demonstrando os achados conforme o “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Quadro 2 – Classificação dos fatores de retenção conforme o “Documento Orientador para Superação da Evasão e retenção na Rede Pública Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica” (turma 2016-1).

Fatores individuais	<ul style="list-style-type: none"> • Cansaço devido à sobrecarga familiar. • Sobrecarga de atividades curriculares. • Suprir necessidades básicas. • Problemas emocionais. • Dificuldades de compreensão da disciplina. • Doença na família. • Problemas de saúde.
Fatores Internos à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de flexibilidade para concluir matérias à distância quando necessário. • Ausência de acervo na biblioteca para consulta no projeto de pesquisa. • Ausência de atenção individual na disciplina. • Horário do curso (vespertino).
Fatores externos à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Demora na aprovação de pesquisa. • Transporte público deficiente • Trânsito difícil nos horários de início e final das aulas.

Fonte: a autora (2019).

4.2.2 Considerações dos alunos da turma 2015-2 sobre possíveis ações da Instituição para evitar que ficassem retidos.

Dos alunos entrevistados, quatro consideram que a Instituição nada poderia fazer, visto que suas dificuldades não dependiam de fatores ligados a ela. No caso da aluna com problemas de saúde na família, o IFSC contribuiu orientando sobre a atitude que deveria tomar, ressaltando o cuidado com seu familiar enfermo.

Outra aluna ressaltou que a Instituição ajuda de algumas formas para que o aluno não fique retido, ajudando nos custos de transporte, oportunizando o

trancamento de matrícula ou fazendo disciplinas conforme sua disponibilidade. Neste caso mesmo havendo retenção, será de forma temporária, não evoluindo para evasão.

No caso de uma aluna que precisou parar o curso por dificuldades financeiras, a mesma argumenta que solicitou a transferência para o turno da noite, onde poderia cursar disciplinas que não precisavam de pré-requisitos, pois não era seu desejo parar totalmente o curso, porém sua transferência não foi autorizada causando um isolamento social, visto que sua família é de outro estado. De outra aluna também veio a argumentação que a falta de opção quando o aluno precisa se ausentar faltando pouco tempo para concluir o semestre traz prejuízos para ele. No caso em si, já havia notas suficientes para a aprovação, dependendo somente da frequência que poderia ser efetivada, por exemplo, pelo sistema EAD.

Foi abordado ainda, que a Instituição deve promover acompanhamento dos alunos que estão com médias baixas, buscando conversar e saber quais as dificuldades do mesmo. No caso específico das disciplinas de projeto de pesquisa, as orientações, segundo palavras de uma aluna, “devem ser mais claras sobre o que deve constar em cada etapa durante a produção e não somente na entrega, na correção”.

Em outra colocação, foi dito que a Instituição deve apresentar interesse em manter o aluno, facilitando a transição para outro horário e auxiliando em sua adaptação. Para isto deve-se manter um contato mais próximo do aluno que está passando por dificuldades e tem que mudar de horário, parando no meio do semestre, para que se estimule sua permanência.

Foi ainda colocado que a Instituição pode implementar um plano de “créditos curriculares”, onde horas-aula valem determinado número de créditos beneficiando quem precisa parar por um tempo para que não perca totalmente aquela disciplina.

4.2.3 Sugestões dos alunos da turma 2016-1 para diminuir a retenção.

Entre as sugestões apresentadas, a relação mais estreita entre o aluno e a Instituição foi ressaltada, evidenciando a necessidade de “pertencimento” a que anteriormente referiu-se este estudo. Desde o aluno que possui dificuldades em determinadas matérias e que espera que o professor e a coordenação lance um olhar diferenciado para ele, oferecendo opção para suplantar tais dificuldades

através, por exemplo, de monitorias direcionadas para a gestão Hospitalar, até a visão de que algum discente esteja passando por situações emocionais complicadas e que seja encaminhado para atendimento pedagógico e/ou psicológico pelos servidores existentes no próprio campus. Tal atendimento é possível através da observação destes alunos pelos docentes que podem fazer esta ponte com esses servidores.

Sugeriu-se ainda que o contato com o aluno não deva depender somente do encontro nas aulas, mas em casos de dificuldades, lançar mão de outros recursos (telefone, e-mail, mídias sociais), conhecendo assim “as fragilidades do aluno que geram a retenção”. Ter mais horários das disciplinas do mesmo módulo também foi uma sugestão para que o aluno não perca o semestre no caso de ter que mudar de horário, entretanto uma alternativa seria também concluir o módulo em EAD, pelo menos em determinados casos.

Dois alunos abordaram que a Instituição poderia negociar com empresas e órgão afins, estágios em horários diferenciados, especialmente para quem estuda à tarde. Por fim, foi colocado por um aluno sobre a capacitação específica dos docentes para a área hospitalar, visto que a maioria não possui formação na área de saúde, baseando-se somente em aspectos da administração. Tal capacitação proporcionaria maior interesse dos alunos, pois a maioria vem para o curso pela oferta de assuntos na área.

4.2.4 Expectativas dos alunos da turma 2016-1 no início do curso e percepções atuais.

Entre as considerações feitas com relação às expectativas iniciais, revela-se a esperança de concluir o curso em data prevista no cronograma e utilizá-lo para conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho. Foi citado que a grade curricular é bastante atraente, porém, no decorrer do curso deixa a desejar pela maneira superficial em se apresentar as disciplinas, sendo alguns professores despreparados para a área de saúde.

Foi colocado por uma aluna que gostaria de incentivar seus filhos mostrando o valor do estudo e que, apesar de ter abandonado os bancos escolares há alguns anos, pode retomar a vida acadêmica e se formar, sendo para eles um exemplo positivo. A busca por conhecimento foi citada também, tanto para complementar

curso da área de saúde que a pessoa já fazia quanto pelo acréscimo pessoal que o mesmo pode proporcionar, considerando-se um bom nível de ensino, visto que se trata de uma instituição de ensino federal.

Sob o ponto de vista do conhecimento, vários alunos disseram se sentir atraídos pelos assuntos relacionados na grade, ademais, como foi citado por uma aluna: “ser reconhecida por estudar no IFSC”, o que demonstra a importância da instituição. Validar matérias para usar em outros cursos de graduação também foi um aspecto citado.

5 CONCLUSÃO

Para chegar às considerações finais deste estudo de caso foi preciso fazer alguns ajustes quanto à metodologia a ser aplicada, pois se imaginava, de início, que seria possível um número maior de entrevistas. Sabendo-se que o universo pesquisado ficou bastante restrito devido à limitação dada pela mudança do projeto pedagógico, foi preciso investir a atenção nos detalhes das respostas, tentando explorar ao máximo as colocações feitas e, no caso das entrevistas feitas pessoalmente, as expressões utilizadas pelos alunos.

Outro problema enfrentado foi a mudança do sistema informatizado do Instituto Federal de Santa Catarina, ocorrida na transição de 2017 e 2018. Neste processo muitas informações não foram passadas para o novo sistema, como os históricos de alunos com matrículas inativas, o que possibilitaria uma estimativa da retenção sofrida por esses alunos. Por outro lado, mesmo os que possuem matrículas ativas não registram reprovações ou trancamentos, constando somente as disciplinas que foram integralizadas; mesmo havendo ocorrido uma reprovação nestas matrículas, o sistema não informa.

Junto a isto, somou-se a desconfiança dos poucos alunos a serem entrevistados com relação ao propósito da pesquisa. Apesar de desde o início ter sido deixado claro que a proposta é ajudar o curso a elencar os motivos que levam a reprovações e adiamentos em disciplinas e, conseqüentemente do curso em si, alguns demoraram um pouco a responder e outros se recusaram a fazê-lo. Diante disso, coube apenas acatar a posição de cada um respeitosamente.

Podem-se destacar dois pontos primordiais relativos à turma 2015-2, a problemática quanto ao relacionamento docente/discentes e à falta de expectativas para inserção no mercado de trabalho. Para a maioria, a falta de entendimento mútuo entre professor e alunos foi importante, não só para causar reprovações e desistências, mas para causar desmotivação em torno do próprio curso. Independente de se atribuir responsabilidades de cada parte deve-se atentar para a questão de “pertencimento” a que nos referimos neste estudo. O aluno deve, desde o início, ser integrado, não só ao curso, mas à Instituição em si. Para tanto é necessário que sejam promovidas ações entre o grupo e o todo; entre a turma, docentes, coordenação pedagógica do curso, setor pedagógico, setor de estágios, e até mesmo a direção do Campus. O aluno deve sentir que faz parte deste universo

para que tenha um estímulo a mais para prosseguir, visto que depender somente de seus recursos internos muitas vezes não é suficiente.

É salutar que sejam promovidas regularmente atividades de integração do aluno com esses diferentes setores não só para se sentir motivado, mas para que este saiba a quem recorrer quando estiver em quaisquer dificuldades, tendo o amparo necessário e orientação para, se possível, resolver seus problemas. Este aspecto pode ser identificado pelos professores, que são o contato mais próximo do aluno na Instituição, mas seu papel é limitado quando o assunto é um problema pessoal, psicológico ou mesmo de ordem social. Estes devem ser repassados aos servidores treinados para este tipo de envolvimento e que buscarão o melhor caminho para a solução destes problemas.

A sugestão dada pelos próprios alunos de que sejam feitas oficinas durante o curso é bastante interessante, fazendo com que diferentes disciplinas interajam. Além das atividades práticas relativas às disciplinas, incentivos ao empreendedorismo, ênfase em iniciativas para desenvolver as habilidades adquiridas no campo de atuação da saúde são abordagens que certamente darão uma nova visão do curso aos alunos. Simuladores de “incubadoras de empresas” e fomento de inovações quanto a processos na área da gestão em saúde darão um novo enfoque ao curso, possibilitando ao discente que não encontra ou que não deseja um emprego na área tradicional, atuar como empreendedor ou consultor dentro de sua área de formação.

De acordo com o observado nas duas turmas, as expectativas são similares, havendo grande vontade de que o curso possa lhes abrir as portas mais facilmente para o mercado de trabalho na área de saúde, o que depende não somente do aluno, mas também da visibilidade do curso na comunidade em que está inserido, o que não ocorre efetivamente em nossa cidade. Alguns alegam que o curso de Gestão Hospitalar não é reconhecido ainda, sendo que um planejamento da Instituição quanto isso pode ser colocado em pauta para que no futuro o profissional formado na área tenha seu lugar, de fato, nas organizações de saúde.

Com relação a metodologias pedagógicas, respeitar-se-á a liberdade de cada professor, porém é preciso que, além das técnicas, o mesmo desenvolva também a empatia com relação a seus alunos, mantendo pelo menos a possibilidade de diálogo, uma abertura para que o aluno possa expressar suas considerações e que, caso não seja possível atendê-lo, que seja dado um *feedback* ao mesmo, expondo

os motivos da recusa e que se for necessário, encaminhá-lo para os serviços pedagógicos ou assistenciais do próprio Instituto.

Vale ressaltar aqui que há um número expressivo de itens que os discentes apontam como causas para a retenção de ordem individual, o que leva a considerar que se deve ter por parte da Instituição de Ensino uma atenção especial às faltas dos alunos, procurar uma interação com o discente que está repetidamente se ausentando para que caso seja possível, possa promover uma atitude que minimize ou auxilie a eliminar as tais causas. O acompanhamento mais próximo ao aluno é um método utilizado pelo Instituto Federal com relação ao aluno dos cursos de ensino médio, porém, pode-se dizer que o aluno adulto, ingressante dos cursos de graduação também necessita de uma atenção mais apurada, pois lida com diferentes responsabilidades inerentes a esta fase.

A proposição de monitorias das disciplinas, especialmente relativas às de metodologia e projetos de pesquisa, bem como as que envolvem cálculos, seriam itens indispensáveis nesta busca para diminuir o processo de retenção no curso de Gestão Hospitalar. Pode-se ainda imaginar que oficinas de oratória e o bem falar ao público, além de relacionamento interpessoal e do trato aos clientes de saúde podem ser exitosas neste curso, assim como grupos de estudo para desenvolvimento de habilidades coordenados por professores ou mesmo alunos de semestres mais avançados. Isto dará ao aluno oportunidade de novas atividades e desenvolvimento muito além das unidades curriculares.

No caso específico da turma 2016-1, cujas atividades são à tarde, vários alunos deixaram disciplinas pela metade quando precisaram optar por seguir no horário ou aceitar uma oportunidade de emprego. Esta foi uma constatação da dificuldade do aluno matriculado neste período e que, desta forma, mereceria uma atenção especial da Instituição promovendo contato mais estreito e opções de solução de acordo com a situação. A conclusão de disciplinas à distância poderia ser uma maneira de não deixar o discente perder todo o semestre ou mesmo, como já ocorreu, levá-lo para a estatística de evasão. A questão do aluno trabalhador é de fato um assunto de difícil solução, pois depende das circunstâncias da vida de cada um, mas que a escola pode acompanhar e auxiliar em sua permanência e êxito.

Há, diante do que foi exposto, a necessidade de salientar que algumas das sugestões propostas para mitigar a retenção acadêmica esbarram nas dificuldades de operacionalização por parte da Instituição, a qual apresenta-se disposta a

modificar o quadro desfavorável quanto à permanência e êxito, porém, precisa para tal de modificações estruturais que passam por estudos e autorizações organizacionais. Somente com a convergência de ideias e a aplicação de estudos sistemáticos sobre a realidade do CST em Gestão Hospitalar do Campus Joinville é que poderá culminar em declínio das taxas de retenção e evasão que por hora são bastante preocupantes. Cabe a todos os envolvidos, incluindo-se os discentes, buscar soluções, lembrando-se da relevância do IFSC Joinville para a comunidade e do orgulho que os alunos têm em fazer parte desta Instituição Federal.

Na verdade, o assunto “retenção” não se esgota, sendo presente em todas as Instituições de Ensino Superior, mas o que todas estas instituições desejam é diminuir cada vez mais estas taxas, pois o objetivo é formar profissionais e não perdê-los no meio do percurso. Muitas pesquisas neste sentido podem ser executadas, abordando-se aspectos aqui relacionados, como a percepção do curso de Gestão Hospitalar pela sociedade em que está inserida; de que modo a comunidade acadêmica pode auxiliar os alunos a se integrarem à Instituição, bem como as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após o curso, entrevistando egressos da Gestão Hospitalar. São algumas sugestões para continuidade, não somente deste tema, mas para enriquecimento do curso de modo a fazê-lo conhecido e o profissional graduado ser efetivamente valorizado em seu ambiente de trabalho.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2014. Disponível em < <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc-orientador-evasao-retencao-setec.pdf>> Acesso: maio de 2018.

BRASIL. **Portal Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Publicado em 2016. Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br>> Acessado em Maio de 2018.

BRASIL. **Acórdão nº 206/2013. TCU- Plenário**. 2013.

BRASIL. **ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**, outubro de 1996.

BUENO, José Lino. **A Evasão de Alunos, São Paulo**, 1993.

COLVERO, R. B.; JOVINO, D. P. **Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010**. Revista Argentina de Educación Superior, v. 6, n. 8, p. 62-85, jun. 2014, apud RIOS et al. **Evasão, Retenção e Diplomação: Ocorrências e Motivações**, 2017.

CUNHA, Jorge. **Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC, Campus Joinville: Caminhos para Assegurar a Permanência e Êxito**, 2017.

DESLAURIERS, J. P. **A Pesquisa Qualitativa**, 1991.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais**, 2011.

IFSC, **Resolução CONSUP Nº 23**, Florianópolis, 21 de agosto de 2018

IFSC. **Histórico do IFSC**. Disponível em <<http://www.ifsc.edu.br/historico>> Acesso em maio de 2018.

IFSC. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Gestão Hospitalar**. Joinville. IFSC, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. 2002.

GODOY, Arilda Schmidt, **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades**, 1995.

HEIDEMANN, Andrea. **A Ambientalização Curricular nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Santa Catarina**, 2017.

LIMA JUNIOR, Paulo; BISINOTO, Cyntia; MELO, Nilce Santos; RABELO, Mauro. **Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior**. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli; CRUZ, Otávio; GOMES, Raul, **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**, 21ª edição. 2002.

NUNES, Raul Ceretta. **Panorama Geral da Evasão e Retenção no Ensino Superior no Brasil (IFES), ANDIFES**. 2013 apud RISTOFF, Dilvo.

PEREIRA, Alexandre Severino. **Retenção Discente nos Cursos de Graduação Presencial da UFES**. Vitória. 2013.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do Trabalho Científico – Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2013.

QUEIROZ, Rômulo Mota de. **A não conclusão no curso técnico de piano: um estudo realizado na escola de música da Universidade Federal do Pará**. 2012.

REIS, Renato Hilário. **A Constituição do Ser Humano: Amor, Poder, Saber na**

Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos. Campinas. 2011.

RIOS, Rafaela; COSTA, Vânia Medianeira Flores; BIANCHIM, Bruna de Vargas; SANTOS, Rita de Cássia Trindade; RODRIGUES, Aline Mendonça. **Evasão, Retenção e Diplomação: Ocorrências e Motivações.** p. 04. 2017 apud Colvero, R. B.; JOVINO, D. P. **Evasão Acadêmica nas IES do Brasil: Uma Análise do Ano de 2010.** p. 62. 2014.

SETEC/MEC. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=195:setec-quem-e-quem>> Acessado em abril de 2018.

SILVA Tadeu Lucena da. **Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma proposta de intervenção.** 2013.

SISTEC. **Manual do SISTEC para Rede Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica.** 2013

STOCO, Heloisa Pancieri. **A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET – BA.** 2010

TINTO, Vincent. **A Eficácia dos Programas de Intervenção no Ensino Secundário e Superior: Uma Revisão Crítica da Pesquisa,** EUA, Washington, DC. 1974.

THIOLLENT, Michel - **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 2009.

SISTEC. **Sistema nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em <http://sistec.mec.gov.br> . Acessado em maio de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª edição. 2001.

7 APÊNDICE - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Nome do aluno:

Pendências curriculares:

- 1) Quais eram suas expectativas no início do curso?**
- 2) O que causou a retenção (reprovação ou desistência da disciplina)?**
- 3) O que considera que a Instituição poderia ter feito para evitar a retenção?**
- 4) Que sugestões você daria para diminuir a retenção?**